



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

LETÍCIA TÁVORA LUQUE

**VIOLÊNCIA POLICIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: O IMPACTO DAS AÇÕES
NECROPOLÍTICAS NA SUBJETIVIDADE DE MÃES ENLUTADAS QUE
RESISTEM**

SÃO PAULO

2023

LETÍCIA TÁVORA LUQUE

**VIOLÊNCIA POLICIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: O PROCESSO DE
SUBJETIVAÇÃO DE MÃES ENLUTADAS QUE RESISTEM**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito para a
obtenção da graduação em Psicologia da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo sob a orientação da professora Ms.
Sandra Sanchez.

São Paulo

2023

RESUMO

A violência policial contra sujeitos negros e periféricos mostra ser uma importante problemática da sociedade brasileira por perdurar durante décadas e em diferentes momentos históricos e políticos do país. O cenário atual indica uma tendência das ações em segurança pública para a produção da morte desses corpos excluídos e tidos como menos dignos para o sistema capitalista. Assim, partindo da ideia de processo de subjetivação de Guattari e de violência normativa de Butler, se mostra relevante investigar como essa forma de violência de Estado legitimada socialmente constitui as subjetividades dos sujeitos pertencentes ao grupo social em foco, e como movimentos sociais de resistência a ela podem produzir diferentes sentidos a essas subjetividades. Com tal objetivo, foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com três mães, cujos filhos foram mortos por policiais, e atualmente participam de um movimento social de combate e denúncia à violência policial. As entrevistas foram analisadas segundo o referencial metodológico dos núcleos de significação, possibilitando a apreensão de sentidos e significados das entrevistadas construídos frente ao contexto investigado. A análise revelou como o processo de subjetivação delas foi atravessado pela violência policial em diferentes momentos e de diferentes formas, mas que a participação no movimento foi capaz de produzir subjetividades mais ativas e resistentes a essa violência, apropriando-se mais de suas vidas, além de contribuir para o processo de luto, ressignificando as perdas sofridas e possibilitando um alívio do sofrimento vivido através da vivência coletiva.

Palavras-chave: violência policial; produção de subjetividade; movimentos sociais.

SUMÁRIO

1) Introdução.....	4
2) Revisão Bibliográfica.....	8
a. Percurso histórico da relação entre políticas de segurança pública e populações marginalizadas.....	8
b. A violência contra povos negros e periféricos como marca estrutural da sociedade.....	14
c. A política de morte dos corpos descartáveis da periferia para o sistema capitalista.....	18
d. As ações policiais como produtoras de subjetividades das populações negras e periféricas.....	21
e. Produção de subjetividade e participação em movimentos sociais.....	23
3) Objetivo.....	26
4) Método.....	27
5) Resultados.....	30
a. S., mãe de V.	30
b. J., mãe de M.	38
c. T., mãe de P.	48
6) Discussão.....	63
7) Referências.....	75

1. INTRODUÇÃO

Durante os últimos anos, a violência policial e a letalidade das atuações policiais, especialmente direcionada a certos corpos, tem aumentado e se escancarado, acumulando casos como os de Agatha, João Pedro, Kathlen, Evaldo e tantos outros que têm algumas características em comum: eram negros e periféricos. Em 2021, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou que pessoas negras são as principais mortas pela polícia, sendo elas um percentual de 78,9% das vítimas no ano de 2020 e que desde 2013, houve um aumento de 190% no número de mortes em intervenções policiais. Com isso, percebe-se que a violência exercida e reproduzida pela instituição policial é marcante na sociedade brasileira e possui um importante recorte racial e socioeconômico. Considerando a desigualdade social estruturante da sociedade brasileira, se mostra essencial a produção de conhecimento no sentido de explicitar e compreender as causas e os efeitos desse fenômeno social, para assim ser possível criar estratégias de transformação da realidade social vigente.

A Psicologia durante muitas décadas se ocupou de questões e produziu conhecimentos que impulsionam forças instituídas, lugares sociais de opressão e desigualdade, não favorecendo, portanto, a emancipação de grupos marginalizados e violentados, mas garantindo a manutenção do sistema que produz e reproduz essas violências e relações de saber-poder-verdade. Nesse sentido, se mostra imprescindível dar visibilidade a teorias que rompem com essa lógica de dominação, tais como as produzidas por Guattari, Butler, Deleuze e Foucault e incorporadas no âmbito da Psicologia Institucional e Social, ao passo que estes realizaram estudos que buscaram analisar crítica e amplamente as instituições, trazendo à Psicologia, no final do século XX, uma noção de sujeito social, histórico, cultural, ou seja, com sua subjetividade marcada e diretamente atravessada pelas condições materiais da realidade. Esse entendimento confere, portanto, a validade de a Psicologia olhar e investigar os fenômenos sociais para garantir uma compreensão mais completa das subjetividades dos indivíduos.

É expressiva, portanto, a responsabilidade histórica que a Psicologia tem de produzir emancipação e defender a garantia dos direitos humanos a todos. Também é clara sua capacidade de intervenção para transformar a realidade em direção de uma maior equidade social quando se tem em vista essa noção de sujeito inserido,

atravessado e ativo em um contexto amplo e multifatorial, e não com sua subjetividade natural e inata. Essa transformação é possível justamente através da produção de conhecimentos que rompem com lógicas violentas, de dominação e exclusão, ao entender que os sujeitos são, ao mesmo tempo, fruto da realidade material e construtores dela. Portanto, ao produzir conhecimentos dessa natureza, a Psicologia garante uma compreensão mais totalizante dos sujeitos que ocupam a realidade e como podem produzir novas realidades.

Dessa forma, ao reconhecer a problemática marcante da violência policial contra pessoas negras e periféricas e a potencialidade que a Psicologia tem para contribuir na transformação social, considerando que os sujeitos (objeto de estudo da Psicologia) têm suas subjetividades moldadas pelos fenômenos que experienciam e, ao mesmo tempo, produzem ativamente essa mesma realidade social, mostra-se essencial investigar de que modo esse fenômeno social se coloca na realidade dos grupos mais atingidos por ela.

Para poder investigar a problemática da violência policial contra pessoas negras e periféricas e sua relação com o campo da Psicologia, em primeiro lugar, cabe a explicitação do caráter histórico que a violência policial contra esse grupo tem, a fim de compreender em que momento essa violência passou a ser produzida, por quê ainda é reproduzida e a serviço do que ela existe e resiste, levando em conta que todo fenômeno presente na atualidade é fruto de um longo processo de determinações históricas, sociais e políticas. Já o segundo aspecto, seguindo o contexto histórico já colocado, mostra-se necessário delinear o caráter estrutural que a violência institucional contra sujeitos negros e periféricos tem na sociedade brasileira e de que forma ela se apresenta e se coloca na vida cotidiana de seus alvos. Esse aspecto também contribui para caracterizar e mapear o que constitui esse fenômeno, sendo necessário, portanto, para compor a sua investigação de uma forma mais abrangente, totalizante e crítica.

O terceiro aspecto trazido diz respeito à política de morte que é exercida na periferia do sistema capitalista. A colocação deste aspecto tem como objetivo explicitar e contextualizar politicamente as intervenções policiais e as políticas de segurança pública adotadas, a depender da fase específica de existência do capitalismo, entendendo-o como um sistema não apenas responsável pela vida

produtiva e econômica, mas como um sistema de forças e parte estruturante da sociedade brasileira, exercendo um controle sob os corpos de acordo com o que for mais benéfico para o momento em que o sistema se encontra. Considerando o lugar central que os sistemas econômicos ocupam na sociedade atualmente, nota-se que diferentes aspectos da sociedade existem a partir e de acordo com esse sistema, sendo moldados de modo a garantir sua manutenção. Esse terceiro aspecto busca explicitar o motivo de, diferentemente do que ocorria nas fases anteriores do capitalismo, as políticas, e em especial a de segurança pública, não se ocuparem mais da produção da vida, e sim da produção da morte de corpos específicos. Ou seja, explicitar o porquê certas vidas deixaram de ter sua devida importância e valor dentro do sistema produtivo e da realidade material e agora torna-se mais benéfico ao Estado eliminá-las.

O quarto aspecto se ocupa de trazer essa discussão e contextualização histórica, política, social e econômica para o campo da Psicologia mais especificamente, buscando a relação dessa violência institucional exercida pela polícia com a produção de subjetividades, em especial as das pessoas pertencentes aos grupos mais atingidos por esse fenômeno social. A esse respeito, é trazida a ideia de processo de subjetivação de Guattari e de violência normativa de Butler. Partindo da compreensão adotada por esses estudiosos, a subjetividade é resultante de uma realidade material e multifatorial, e, portanto, se dá graças aos atravessamentos históricos, sociais, políticos e culturais existentes. Com isso, conforme já pontuado, a violência policial é um fenômeno social complexo, inserido na realidade material e presente estruturalmente no cotidiano brasileiro, e por isso cabe investigar que tipos de subjetividades ela produz nos sujeitos acometidos por essa força coercitiva do Estado.

Destaca-se também que essa investigação é válida não apenas para os sujeitos que são direta e explicitamente violentados pelo Estado através da instituição polícia, mas para os sujeitos cujas vidas são consideradas menos dignas de serem vividas no sistema capitalista, que são acometidos por uma violência velada e naturalizada e por uma ameaça constante de serem os próximos alvos da violência explícita e potencialmente letal. E por fim, ainda na ideia de produção de subjetividades através dos atravessamentos da realidade material, no quinto aspecto buscou-se fundamentar a investigação de que forma a participação em grupos de

resistência a essa violência impacta na subjetividade desses sujeitos, ou seja, que novos sentidos podem ser adicionados às subjetividades, anteriormente marcadas pela violência de Estado, que agora se fazem na resistência e denúncia política.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

a. PERCURSO HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E POPULAÇÕES MARGINALIZADAS

Tendo em vista a relação histórica da polícia com a sociedade, pode-se dizer que essa instituição possui uma importante influência nas relações sociais, nos modos de expressão e nas subjetividades das pessoas que ocupam determinado contexto social. Contudo, cabe dar um destaque a tal influência no caso dos grupos socialmente marginalizados, considerando os dados que mostram que a atuação da polícia, como reflexo das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, se dá de forma mais opressiva e moralizante sob esses. Portanto, é importante conhecer essa relação e o que ela produz para compreender a estrutura social envolvida em fenômenos da segurança pública contemporâneos, como a criminalização da pobreza, a violência policial, o extermínio de grupos socialmente marginalizados.

Com o objetivo de compreender esses fenômenos, vale começar a análise da estrutura social brasileira desde o período colonizatório. Campos e Silva (2018) afirmam que a civilização brasileira foi, desde seu início, marcada pelo racismo, isso porque o sistema mercantilista vigente nesse período se pautava na exploração e desumanização dos povos nativos dos territórios colonizados pelas expedições europeias. Dessa forma, a violência contra grupos racializados ergueu a sociedade brasileira e seu sistema econômico, especialmente por meio da escravidão e modos de controle dos corpos escravizados, inclusive usando estratégias para conformá-los ao trabalho escravo, de modo a naturalizar essa prática e fazer a manutenção de um sistema racista. Além disso, o poder punitivo se tornou característica privativa no mercantilismo como forma de estabelecer controle e submeter os corpos escravizados a uma realidade desumana. Nesse mesmo período, o governo português investiu em forças militares para defender o território, mas também para realizar o policiamento interno. A justiça, nesse momento, tomou um caráter essencialmente punitivo, onde não se investiam em leis de prevenção, mas principalmente em sentenças a delitos e crimes.

Já com a chegada da Família Real no Brasil, as ações de policiamento se voltaram a garantir a civilização da população, buscando impor uma certa ordem para assim obter a prosperidade e a manutenção da monarquia. Com isso, a realeza passou a intervir de modo a normatizar comportamentos da população através da

publicação de editais, mas também da força repressiva da polícia, almejando alcançar os padrões europeus de sociedade, muito distinta da desordem colonial. Ainda nessa época, em 1809 foi criada a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, de caráter militarizado, que teve a função de garantir a tranquilidade e a segurança da corte em um contexto de chegada da Família Real ao Brasil e de abertura comercial e de, mais uma vez, docilizar e civilizar os povos originários, imigrantes e escravizados que viviam no Brasil (CAMPOS e SILVA, 2018). Além disso, a Guarda passou a se responsabilizar pela captura de escravizados fugitivos e a patrulhar e reprimir ações de contrabando, desordem e crimes. Essa instituição era formada por indivíduos recrutados e forçados a se apresentar e atuar nela, o que resultava em profissionais despreparados e em atuações marcadamente violentas, não sendo capaz de gerenciar as crises da época. Vale destacar que foi ela quem deu origem à Polícia Militar.

Já em 1822, com a independência do Brasil de Portugal, a Guarda Real, devido aos conflitos em que ela se envolveu, foi substituída, assim, pelo Corpo de Guardas Municipais Voluntários Permanentes, com o objetivo de defender a Constituição e o Império. O policial, no período colonial e imperial, atuava de forma a aplicar as normas sociais, assumia funções de decisão, era quem mediava as relações entre a população, por exemplo, entre brigas de vizinhos, rixas, linchamentos e as mediações eram dependentes de quem se envolvia nos conflitos, ou seja, dependendo da posição social e ao poder possuído, o tratamento policial era diferente. Não tinha uma conduta bem estabelecida e demonstrava um serviço precarizado e tendencioso, reforçando uma desigualdade institucional e social entre determinados grupos por parte dessa força de poder.

Cabe destacar que a mudança do sistema colonial para o imperial foi apenas uma forma de resistir à mudança de modelo econômico que ocorria no mundo, transicionando do modelo mercantilista para industrial, por este se opor às bases do mercantilismo, ou seja, monopólio, escravismo e fechamento do livre comércio, e ainda evitar a cisão com o país europeu. Assim, o Império foi uma alternativa política para dar continuidade à exploração e extermínio de nativos e negros. Conclui-se que a polícia imperial não se diferenciou muito da colonial, já que buscava justamente a manutenção velada do antigo sistema.

No início do século XIX, se instaurou um quadro de crises que estremeceu as bases do imperialismo. Primeiramente, as crises econômicas, e em seguida uma crise político-ideológica resultante da chegada dos ideais liberalistas e iluministas no país, que questionavam algumas práticas desse sistema, levando a revoltas populares, o que mostrava uma dificuldade na manutenção do sistema escravocrata, em contraposição à sua necessidade para a recuperação econômica. Diante desse cenário, houve uma mudança na instituição policial, que se deu mais centralizada através do poder punitivo, numa tentativa forçada de manter o sistema escravocrata. Esse novo modelo previu o extremo controle dos corpos, modos de vida e participação social dos povos nativos e negros através da criminalização de um conjunto de atos por meio de leis. Importante ressaltar que tal centralização tinha como exceção os latifundiários, mostrando mais uma vez uma polícia parcial e movida de modo a favorecer as elites brancas. Marca-se, assim, o início do caráter vigilantista e autoritário da polícia, regida pelo poder punitivo em direção a povos negros e nativos.

Com o principal objetivo de manter o Império diante de um contexto que o ameaçava, o aparato institucional e legislativo ficou mais completo e complexo para possibilitar a manutenção das relações de poder e produção do regime escravocrata, evitando conflitos e revoltas populares. O eixo do processo de criminalização da população negra e pobre nessa época foi a questão da vadiagem, que se destacou nas leis municipais e no próprio código criminal do Império. Isso garantiu a tutela dos negros por parte do Estado, mantendo a lógica de asilamento mesmo dos corpos negros libertos. Assim, a polícia foi parte essencial para a manutenção do Império, institucionalizando um sistema de vigilância que antes existia em âmbito privado, para garantir o controle dos corpos negros e a limpeza das cidades de um jeito ou de outro.

Também se destaca na estrutura policial uma característica herdada da década de 1830, que era o recrutamento de pessoas para compor a força policial, o que configurou muitas vezes ações despreparadas e não calcadas nas leis. Além disso, muitos policiais obedeciam principalmente a normas pessoais e acordos com a elite latifundiária do que ao poder legislativo de fato, o que marcava suas atuações pelas lógicas repressivas da sociedade que se estruturou pela escravidão e racismo, reproduzindo tal desigualdade à serviço da elite branca, mostrando a fragilidade da justiça no período imperial.

Esse amplo cenário problemático culminou no fim do Império e a instauração da República, em 1889, contudo, essa mudança ainda manteve algumas características do regime anterior. Além disso, o início da República foi marcado por revoltas e conflitos, o que configurou uma atuação das forças armadas mais ativa no cotidiano, inclusive nas instâncias de poder, como eleições. Outro ponto importante foi a junção das forças da oposição com os grupos marginalizados da época, o que acirrou os conflitos e as repressões. Assim, em 1890 é promulgado o Código Penal que buscava controlar essas chamadas “classes perigosas”. O cenário era de muitas e frequentes repressões por parte da polícia e restrições ao direito de cidadania, o que dificultava a participação popular e atingia o objetivo dos republicanos, que era o estabelecimento da ordem para o progresso, especialmente da classe dominante, realizando tal com a repressão de movimentos populares, greves trabalhadoras e à criminalização das minorias por meio da ação policial, boa parte das vezes arbitrária e de caráter higienista.

Principalmente em São Paulo, o principal estado de produção agrícola na época, houveram modificações na polícia, que se complexificou e modernizou para reprimir o que ferisse a ordem e fosse contra o modelo civilizatório, mostrando zero tolerância a quem prejudicasse o sistema econômico e político, adotando inclusive órgãos de repressão política. Um exemplo disso foi a Revolta Paulista, coordenada por militares que se opuseram ao presidente da época, Arthur Bernardes, gerando um dos maiores massacres da república, em que os principais mortos foram civis pobres moradores das periferias, mantendo mais uma vez com sucesso o objetivo de exterminar corpos indesejáveis ao sistema. Esse foi o início da política policial e repressiva baseada na prevenção e criminalização dos inimigos políticos, dos negros e pobres, que se institucionalizou oficialmente na Era Vargas.

Na Era Vargas, o aumento das lutas sociais e as exigências da sociedade pela democracia participativa e para a construção de uma nova Constituição levou a um maior controle, por parte do governo federal, das Forças Públicas. Nesse período, a cada Estado competia criar, treinar e administrar a polícia, mesmo submetidos à Constituição Federal e às legislações brasileiras, e essas também tinham em comum seu objetivo, que seguia sendo a manutenção da ordem. Além disso, marca-se também uma preocupação moral da polícia que até então não se notava tão claramente, com Vargas instituindo, por exemplo, delegacias especializadas no

controle dos costumes, no trato de menores, vadios, mendigos, casas de jogos etc, de modo a reprimir mais diretamente esses grupos marginalizados. Mostra-se assim, mais uma vez, uma lógica de vigilância e punição no tecido social. A polícia varguista teve um foco na criminalização da vadiagem e na repressão de libertários e da chamada ameaça comunista, ou apenas aqueles que se opunham ao nacionalismo capitalista. Isso foi feito através da repressão política e do assassinato dos inimigos sociais por parte da polícia. Pode-se entender a perseguição e repressão aos comunistas na ditadura de Vargas como uma continuidade da política de criminalização dos povos negros, estabelecendo-os como inimigos declarados do sistema, não mais velados, através do argumento político que legitimava essa atuação.

Com a Constituição de 1946, as funções da polícia foram formalmente estabelecidas: segurança interna e manutenção da ordem nos estados brasileiros e no Distrito Federal, além de se destacar o caráter de força auxiliar e reserva do Exército (Brasil, 1946). Contudo, entre 1946 e 1964, não houve quem vigiasse a polícia, a não ser a imprensa, que servia como meio de denúncia e crítica à instituição e as atrocidades por ela cometidas, mas pouco efetivas, não mudando a cultura policial violenta e impune. De 1964 e 1985 se deu o Regime Militar, que apenas acirrou a repressão e extermínio de civis no país, especialmente dos pertencentes a grupos socialmente vulneráveis e opositores políticos. Após esse período, mesmo com novos presidentes assumindo o poder, a relação entre a polícia e a sociedade pouco mudou. O caráter democrático assumido não impediu a continuidade de ações policiais alinhadas ao regime autoritário, havendo nessa época muitas denúncias de violência policial. Isso pode ser atribuído ao fato de que a atuação policial era muito autônoma e dissociada de instâncias de poder que a regulamentariam.

Lima (2019) pontua que mesmo com o fim da ditadura militar e com uma nova Constituição sendo instituída em 1988, a agenda dos direitos humanos não foi efetivamente aplicada, já que nesse período houve uma forte movimentação geopolítica que se preocupava principalmente com a modernização, dando menos atenção para questões humanitárias e sociais, e essa tendência mostra ter influenciado também o Brasil. Com isso, mesmo que os princípios humanitários estivessem em seu horizonte, guiando as políticas instituídas, a Constituição não foi aplicada tal qual era prevista. A partir desse momento, diversos eventos marcaram a

política internacional e explicitaram os objetivos e focos ideológicos e políticos desse novo período, tais quais a chamada guerra ao terror e a guerra às drogas na América Latina, ou seja, pairava uma onda de violência e intolerância no mundo globalizado, muito sustentadas pela ideia de um nacionalismo e proteção da pátria e motivadas pelo medo e ameaça de um “outro” estrangeiro.

Esses processos históricos e geopolíticos refletiram no Brasil de modo a distorcer a ideia inicial da redemocratização. No final da década de 1980, o país tinha como um dos seus objetivos repactuar regras de convivência entre os cidadãos, garantindo maior harmonia e diplomacia. Com esse fim, em 1988 promulga a “Constituição Cidadã”, cujo principal objetivo era selar as pazes entre Estado e sociedade, reforçando os direitos sociais e políticos dos cidadãos como responsabilidade do Estado, inclusive esse assumindo um modelo de Estado de Bem-Estar Social, comprometido com a vida em sociedade mais igualitária e com maior justiça social. Porém esse plano de desenvolvimento social não se sustentou conforme previsto, já que foi interrompido pelos preconceitos e ideais intolerantes importados dos períodos políticos anteriores, como a Ditadura Militar, já que não houveram medidas para de fato mudar essa cultura estabelecida, e pela movimentação geopolítica que ia nessa mesma direção.

Economicamente, nos anos 1990 e 2000, o Brasil de fato se ocupou do novo projeto de país, realizando ajustes em direção de uma maior estabilidade econômica, igualdade social e redução da pobreza, experimentando assim, muitos ganhos no âmbito social e econômico. “O sentimento era de que, enfim, o gigante deitado eternamente em berço esplêndido se levantava e se lançava com força para o futuro [...]” (LIMA, 2019, p. 55) Contudo, esse clima utópico que sonhava com um país em paz e harmonia logo cedeu espaço para um cenário de devastação moral e política, o que resultou em diversos acontecimentos que colocaram em destaque vários problemas e questões mal resolvidas na nação, que ganharam atenção tardiamente, por exemplo a falta de reformas estruturais nas transições entre diferentes momentos políticos e econômicos.

Em relação ao período contemporâneo, nota-se no cenário brasileiro uma permanência histórica da violência, em especial voltada a grupos minoritários, como indígenas e negros, e como uma das principais características societárias do país.

Tal permanência nesse ponto da história política e social do Brasil, ou seja, trinta anos após a retomada democrática e a instituição da Constituição de 1988, sendo esta a Constituição que mais assumiu o compromisso ético e social do Estado para com as minorias, denuncia um fechamento de um ciclo de apostas na ampliação da agenda de direitos civis, humanos e sociais e uma retomada de concepções que têm exatamente a violência como um dos seus principais pilares. A exemplo disso está a legitimação de discursos com apologia à tortura pelas principais instancias de poder, como é o caso do ex-presidente Bolsonaro.

Com isso, Lima (2019) destaca que as opções institucionais nesse momento se mostraram frágeis. Isso porque reformas estruturais necessárias ao melhor funcionamento da nação, mais alinhado aos ideais e estrutura social, econômica e política pretendida, não foram implementadas graças à hegemonia dos interesses privados ou corporativistas. Revela-se, assim, que desde o início as instâncias políticas pouco aderiram aos princípios da Constituição de 1988, se colocando mais dispostas a manter estruturas e relações de poder já estabelecidas anteriormente. O resultado foi que o enfoque das ações políticas ficou à dimensão socioeconômica, à manutenção das relações de poder e à ausência de mudanças estruturais significativas capazes de atingir um dos objetivos da atual Constituição, que é a maior equidade social, e a gestão da ordem nas mãos de instituições conservadoras, mantenedoras da estrutura social desigual anterior e pouco alinhadas aos pressupostos democráticos e de garantia de direitos civis e humanos.

Isso se apresenta muito ativamente nas políticas públicas de segurança, por exemplo, através da ausência de regras formais que regulamentam as funções e o relacionamento das polícias. Assim, resultam políticas públicas de segurança pouco consistentes e efetivas, gerando uma situação crítica do ponto de vista da segurança pública e das instituições nela envolvidas. A violência permanente no território brasileiro é uma amostra disso, seja essa uma violência criminal ou violência de Estado. O cenário de insegurança e medo legitima a violência como resposta, se tornando, assim, parte constituinte das relações sociais, mais uma vez demonstrando a pouca aplicação, de fato, dos princípios previstos pela Constituição Cidadã.

b. A VIOLÊNCIA CONTRA POVOS NEGROS E PERIFÉRICOS COMO MARCA ESTRUTURAL DA SOCIEDADE

É notório, a partir do percurso histórico pontuado, que as violências e mortes frequentes praticadas pelo Estado brasileiro, têm seus alvos principais, sendo a sua maioria jovens, negros, da Região Norte e inseridos em contextos de vulnerabilidade social e urbana. Dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2021 mostram que a probabilidade de um negro morrer assassinado é 2,6 vezes superior à de um não-negro, e, além disso, no ano de 2020, 76,2% das pessoas assassinadas eram negras. Isso demonstra como a maior equidade social pretendida desde a redemocratização está longe de acontecer, muito em decorrência das fracas intervenções institucionais nesse sentido, tendo em vista que não se investe em estratégias de resolução dos problemas estruturais que causam essa maioria de mortes.

Essa violência cotidiana e legitimada também se torna resposta do Estado aclamada por determinados segmentos da sociedade. A exemplo disso está o fato de que a frase “bandido bom é bandido morto” tem apoio de aproximadamente 57% da população, sendo sua maioria homens, brancos, com pelo menos 30 anos, moradores da Região Sul e de cidades de menos de 50 mil habitantes, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2016. Assim, expressa-se uma batalha pela legitimação da morte como prática estatal contra vidas específicas, rejeitadas socialmente, criando uma espécie de guerra instituída pelos segmentos hegemônicos da sociedade que reforçam, além da violência, também a polaridade entre “cidadãos de bem” e “bandidos”. Chama atenção que essa batalha pela legitimação da violência contra certas vidas implica em um clamor pela garantia dos direitos sociais e políticos apenas dos chamados “cidadãos de bem”, o rigor da lei, da vingança e do poder punitivo aos intitulados “bandidos”, não pertencentes à ordem pré-estabelecida pelo sistema capitalista neoliberal. Ou seja, em última instância, boa parte da sociedade clama na verdade por uma institucionalização da desigualdade social. De acordo com Holston

Não fomos capazes de alterar o paradigma de cidadania no Brasil, cuja marca sempre se assentou em um sistema de cidadania diferenciada que trata alguns como cidadãos de direitos e outros como se não o fossem. Cidadania essa que se utiliza de marcadores sociais como educação, propriedade, raça, gênero e ocupação para proporcionar tratamentos diferentes para diferentes categorias de cidadãos. (HOLSTON, 2013, apud LIMA, 2019, p.58)

Percebe-se que violência e crime ainda carregam significados do período pré redemocratização, marcando uma transição não tão bem realizada. Mesmo que tenha

sido introduzido o debate sobre um modelo de ordem pública baseada na cidadania, garantia de direitos e acesso à justiça, ele ficou no âmbito do discurso político e estratégico enunciado por programas de combate à violência, mas não muito presentes nos planos táticos e operacionais, o que prejudicou a efetivação deles, não mudando, assim, os padrões de policiamento e perdurando a violência estrutural brasileira. Conforme pontuado por Lima (2019) o plano prático, os recursos humanos, financeiros e materiais são distribuídos pelas instâncias políticas em função do que é entendido como eleitoralmente prioritário. Nota-se, portanto, um problema de implementação de programas que busquem combater tal violência estrutural, resultante de uma não priorização desse aspecto politicamente e também da inexistência de mecanismos de governança que ajudem a organizar políticas públicas de resposta à situação de violência e medo vividas. E assim ocorre uma gestão ausente da ordem e segurança pública que dá autonomia às instituições por ela responsáveis, abrindo margem para uma atuação distante dos direitos civis e humanos, ocasionando o fenômeno da violência policial e de Estado.

O Estado é o principal autor responsável pelas identidades e relações sociais, bem como por alocar os recursos coletivos, sendo fundamental para a regulação das redes de segurança e para garantir que as polícias tenham como base os princípios democráticos e atuem de acordo com os direitos humanos. Assim, o Estado ocupa uma posição essencial para estabelecer uma rede relacional entre agências estatais, mercado e sociedade civil. Nesse sentido, percebe-se que as instituições públicas responsáveis por prover justiça criminal e segurança no país, bem como garantir os direitos, não trabalham em rede e de forma articulada, não alinhando suas metas e processos, o que resulta no cenário atual das políticas de segurança pública: uma atuação pouco consistente e pouco baseada nos princípios constitucionais.

Com isso, pode-se dizer que o Estado não se faz presente na questão da segurança pública, não realizando o trabalho fundamental de articular as instituições nela envolvidas, deixando brechas e vulnerabilidades nas comunidades, que serão cobertas pelo Crime Organizado, cooperando para a perpetuação da violência e insegurança social. Essa ausência do Estado na regulação das instituições de segurança faz com que as polícias gerem mais medo do que confiança e respeito na comunidade e com que o Estado perca sua credibilidade socialmente, o que acarreta diversos fenômenos sociais problemáticos.

Faltam determinações legais relativas à segurança pública, cabendo, assim, à doutrina jurídica e à prática diária das polícias definirem, de acordo com seus próprios princípios e interesses, quais corpos são alvos de seu controle e vigilância e como esses vão ser exercidos. Segundo Lima

No limite, uma zona cinzenta é gestada como um simulacro de justiça e de segurança democrática, pelo qual a manutenção da ordem é reivindicada a partir dos princípios do Estado Democrático de Direito vigente, mas operada no dia a dia com base em práticas institucionais e culturas organizacionais pouco ou nada democráticas com práticas que, inclusive, aceitam a violência como linguagem das políticas públicas. (LIMA, 2019, p. 62)

Fica evidente, portanto, que a atuação das instituições de segurança é estratégica no sentido de controle social e defesa dos interesses do Estado e do sistema que o rege, e não de fato da redução da violência perpetuada no tecido social. Com esse posicionamento buscado pelo Estado, cabe às polícias não questionar a ordem vigente, apenas manter, através de sua atuação, as desigualdades que sustentam os interesses do Estado e das classes hegemônicas, e sustentar essa atuação estratégica com a categorização moral da população entre “cidadãos de bem” e “bandidos”. Nesse sentido, Lima (2019) coloca que estamos frente a um complexo sistema de equivalências morais e políticas que reforçam e legitimam a violência e os traços autoritários da sociedade e do Estado brasileiro. Esse sistema, que rege um ideário social e norteia as instituições da segurança pública, garante a manutenção de políticas criminais que aceitam e perpetuam a desigualdade social, evitando a possibilidade de mudanças, sejam essas mudanças de práticas, de organização institucional, de gerenciamento das políticas etc.

Esse cenário permite que o limite para a violência policial seja fluido, dependendo de quem for o alvo dela e a que essa violência serve, sendo ela legitimada política e socialmente se for para o combate dos chamados “bandidos”. Nota-se, portanto, que o direito à segurança não é garantido a todos nem sequer previsto a todos, demonstrando, mais uma vez, que mesmo com mais de 30 anos de um suposto regime democrático, a agenda dos direitos nunca foi de fato posta em prática e a ideia inicial de garantia de uma maior justiça e equidade social encontrou uma série de entraves, sendo apenas discutida, mas nunca efetivada.

Com isso, percebe-se que historicamente a polícia carrega a função de controle e repressão das classes populares, o que perdura até os dias atuais, considerando que o momento atual é uma continuidade e consequência das

condições materiais do passado e que poucas medidas foram adotadas para que esse problema sistêmico fosse superado. Destaca-se que a atuação policial serve para conservar as forças de poder, tomadas pela elite branca, de modo a exterminar o que ameaça tais forças, e quem está sempre no alvo desse extermínio são os corpos negros e pobres que não mantêm a ordem e não interessam tanto ao sistema produtivo capitalista, legitimando-se a violência contra certos corpos em troca de manter o modo de produção. Considerando esse caráter conservador e a ausência de rupturas no sistema penal como um todo, nota-se que as bases da polícia estão no período colonial. Além disso, destaca-se como as atuações da polícia, por meio da repressão e do amedrontamento, contribuem para a formação de subjetividades disciplinadas e produtivas ao sistema, de modo a não o questionarem ou ameaçá-lo e servirem à lógica pré-estabelecida.

c. A POLÍTICA DE MORTE DOS CORPOS DESCARTÁVEIS DA PERIFERIA PARA O SISTEMA CAPITALISTA

Sobre a posição ocupada e o significado que sujeitos pretos e periféricos carregam no sistema capitalista que tanto luta-se para ser mantido, nota-se que as políticas públicas se estruturaram de diferentes formas a depender das necessidades do capitalismo em cada momento histórico e essas políticas incidem de diferentes formas nas vidas dos sujeitos pobres e negros. Em relação ao período de ascensão e expansão do capitalismo, interessava incidir sobre os corpos individuais e suas práticas cotidianas de modo a produzir vidas mais dóceis politicamente, de modo a não questionar a estrutura que se criava para manter o sistema, e produtivos economicamente, de modo a aumentar a produção incessante de mercadoria e fortalecer o capitalismo através de sua mão-de-obra.

Segundo Hilário (2016), para “fabricar” esses sujeitos úteis ao capitalismo, Foucault identifica a existência de uma técnica, de um poder que ao mesmo tempo que torna os sujeitos objetos de uma lógica, também os torna instrumentos de manutenção desta lógica, e a chama de “disciplina”. Era necessário para esse momento do modo de produção capitalista disciplinar os corpos de forma a torná-los - por meio de normas, preceitos, proibições e eliminação de desvios possivelmente atrapalhadores - máquinas de produção de mercadorias, e quanto maior o número dessa força de trabalho, mais benéfico seria para o sistema. Percebe-se, então, que o foco das políticas desse momento era realizar uma “gestão calculadora da vida”,

que Foucault vai chamar de biopolítica, através de instituições disciplinares que produzissem esses corpos adequados ao sistema (como escolas, quartéis, hospitais, prisões etc). Portanto, nesse momento o poder disciplinar é um poder de vida, onde essa é potencializada cada vez mais para poder produzir mais mercadorias.

Na segunda metade do século XX, ocorreram mudanças no modo de produção capitalista, quando este passou a contar com a existência de tecnologias que substituíram a força de trabalho de muitas pessoas, não sendo, portanto, mais necessário a presença de uma massa humana produtiva dentro das fábricas. Assim, configura-se um novo movimento das políticas, agora voltado a expulsar o excesso de corpos inúteis do ambiente produtivo, jogando-as no desemprego estrutural, empurrando-as para as periferias da cidade, para as prisões ou simplesmente as aniquilando por meio das forças policiais, dado que já não serviam mais ao sistema que rege a vida.

No momento atual, após algumas crises do capitalismo, não se trata mais de uma política que assimile ou que exclua as massas humanas, mas sim que as elimine, quando prejudiciais ao sistema capitalista e à lógica neoliberal, ou seja, certas vidas se tornam descartáveis ao modo de produção e reprodução de riqueza e a solução adotada é exterminá-las. O capital desenvolve cada vez o chamado “trabalho morto”, ou seja, a força de trabalho que se acumula em máquinas, e não mais em pessoas, tornando assim muitos sujeitos dispensáveis, sobrantes, colocando claramente uma lógica preestabelecida acima da vida. A vida, que antes era produzida pelas políticas, perde seu valor e importância, tornando-se mais benéfico ao sistema eliminá-la. Ou seja, o sujeito supérfluo, aquele cuja força de trabalho não é mais necessária à fase atual do modo de produção capitalista, se converte em uma vida “matável”, destituída de valor e sentido numa sociedade capitalista, sendo passível de eliminação.

Assim, configura-se uma transição da biopolítica para a necropolítica, conceito de Mbembe (2017) que é entendida como uma tecnologia onde ocorre a gestão e produção de morte por meio de práticas de coisificação, desumanização e indignificação de determinadas vidas, especialmente de sujeitos negros, tidos como menos valorosos, por meio de políticas estatais que garantem a eliminação dessas. Percebe-se, então, que a política não mais busca produzir vida, mas sim produzir morte, com o objetivo de aniquilação em larga escala dos corpos que dão mais

prejuízo, como estratégia para a manutenção do sistema capitalista em constante crise. Essa aniquilação se dá agora ou pela morte literal desses corpos, através por exemplo da violência policial, ou pela sua morte figurativa, causada pela expulsão do arranjo socioeconômico, fazendo com que essas vidas não existam de um modo ou de outro para o Estado.

Se não foi suficiente a exclusão social dessa massa supérflua ao sistema produtivo, limitando-a a viver nas periferias, ela será então eliminada do tecido social. Isso ocorre ou ao ser completamente abandonada pelo Estado, movimento demonstrado pela ausência de políticas públicas ou da aplicação delas, impossibilitando acesso aos seus próprios direitos individuais e sociais (uma vez prometidos na Constituição de 1988 pelo suposto Estado de Bem-Estar Social criado) que garantiriam o viver, ou será eliminada pelo Estado através de políticas de segurança pública de extermínio nas periferias.

Isso demonstra como a maior equidade social pretendida desde a redemocratização está longe de acontecer, muito em decorrência das fracas intervenções institucionais nesse sentido, tendo em vista que não se investe em estratégias de resolução dos problemas necropolíticos do Estado. Com isso, a tendência de crescimento de direitos individuais e políticos é substituída pela fase de declínio e retirada desses mesmos direitos pelo neoliberalismo. De acordo com Castelo

A ação política de morte, necropolítica ou tanatopolítica, é a forma política adequada ao capitalismo em crise estrutural, no sentido de que atende aos seus objetivos. Na medida em que a “questão social” já não é mais solúvel no interior das instituições sociais capitalistas, a sua consequente militarização e barbarização aparece como modelo de gestão possível (CASTELO, 2014, apud HILÁRIO, 2016, p. 205).

Considerando, como já citado, o papel da polícia em atender aos interesses do Estado e do sistema econômico que o rege, justifica-se o *modus operandi* da Polícia Militar atualmente consistir na eliminação sistemática da massa supérflua composta na sua maioria por indivíduos pobres e negros, tendo em vista que esses são destituídos de valor dentro do momento atual do capitalismo. Com esse sistema em crise, é visível que estão sendo adotadas medidas mais interventivas na tentativa de mantê-lo, realizando, assim, um controle à força dos territórios periféricos onde não existe futuro promissor dentro de um sistema capitalista colapsando. A massa sobrança que ocupa esses territórios tem sua aniquilação pela força policial

legitimada, ancorada em um Estado repressor, reproduzidor de desigualdades e agora produtor de mortes, em detrimento da manutenção do sistema em falência.

d. AS AÇÕES POLICIAIS COMO PRODUTORAS DE SUBJETIVIDADES DAS POPULAÇÕES NEGRAS E PERIFÉRICAS

Tendo em vista essa força que a instituição policial tem no tecido social e seu impacto coercitivo direto sobre os corpos negros e periféricos, cabe investigar o que essa instituição produz nas subjetividades justamente desses indivíduos que são o alvo da atuação policial coercitiva. Partindo da concepção de Guattari trazida por Santos, Beiras e Enderle (2018), a subjetividade é entendida como produção, e não como categoria inata e natural, sendo produto de processos individuais, coletivos e institucionais, portanto, composta por determinações e relações materiais, históricas, sociais e políticas, tal como a violência policial. Sendo assim, este filósofo entende que o sujeito se constitui necessariamente dentro do tecido social, e essa compreensão da subjetividade produzida, adotada pela filosofia no século XX, permite um olhar mais amplo e holístico do sujeito, considerando sua integração e lugar na sociedade e na história, ou seja, dependendo de seu campo de experiências e do atravessamento de forças sociais diversas.

Bicalho (2005, apud SANTOS, BEIRAS e ENDERLE, 2018) destaca ainda que as subjetividades produzidas hegemonicamente, que servem à lógica neoliberal, são as tidas como as normais, as que cabem dentro da sociedade. Portanto, são articuladas por sistemas hierárquicos, por sistemas de valores e sistemas de submissão das nossas práticas cotidianas, o que faz com que se categorizem e reconheçam as vidas específicas que são passíveis de luto ou não e quais violências são legitimadas, levando ao conceito de violência normativa de Judith Butler. A ideia de violência normativa, segundo Toneli e Becker (2010), se trata de uma violência que existe a partir das normas, sendo elas que autorizam as violências sobre os corpos que fogem à norma e à lógica hegemônica, tanto através de violências explícitas advindas de aparatos jurídicos, militares, políticos, culturais, muitas vezes reproduzidos por meio da coerção física, quanto através do apagamento dessa violência e apreensão dessas vidas menos “vivíveis”. Desse modo, Butler classifica a violência normativa como primária, já que ela autoriza a violência cotidiana explícita contra certos corpos através das normas vigentes e, ao mesmo tempo, a invisibiliza,

lhe dá pouca valorização social, permitindo que a violência continue a ser reproduzida.

Assim, a violência normativa determina o processo de subjetivação, à medida que a violência cotidiana, que incide sob os corpos em processo de se tornar sujeito, e sua invisibilidade social, são controladas por um sistema de normas e valores que sustenta o conceito de violência normativa. Portanto, os corpos que não se enquadram à norma violenta e rígida socialmente estabelecida, serão os corpos que sofrerão violências cotidianas agenciadas pelas instituições que detém o saber/poder (tal qual é a polícia) e mantém a ordem hegemônica, porém terão essas violências invisibilizadas, normalizadas, legitimadas, e é justamente esse processo que vai repercutir nas subjetividades desses corpos que violam a norma.

Ao considerar, assim, que a subjetividade é constituída permanentemente de forma processual pelas relações de saber-poder-verdade que incidem sob os corpos, na tentativa de impor a norma vigente, é essencial, para romper com essa violência normativa, que seja desnaturalizada e problematizada a norma, bem como o sistema que a impõe (TONELI e BECKER, 2010). Sistema esse que também produz as subjetividades das vidas menos dignas de serem vividas, ou seja, fora da norma, através de condições materiais precárias e através de ações violentas e necropolíticas. Portanto, os sujeitos menos dignos são constituídos pelas forças da exclusão, da marginalização e da abjeção dadas nas zonas inóspitas, periféricas, do tecido social. Tendo em vista que parte importante da manutenção da violência normativa que incide sob as subjetividades das vidas excluídas socialmente é a invisibilidade da violência cotidiana produzida pelas instituições detentoras do poder, ações de resistência eficientes para tornar essas vidas possíveis vão dar visibilidade para essas violências quando ocorrem e contribuir para combater a violência normativa.

Ao pensar justamente nessa violência normativa reproduzida pelo Estado contra determinados corpos, fica claro que esses corpos perdidos pela atuação coercitiva e opressora do Estado, sob a forma da atuação policial, não carregam os mesmos significados que corpos que servem à norma. Portanto, vale pensar como se dá o luto nessas situações dos que ficaram e sabem que, assim como esse morto, também são vidas menos vivíveis para o Estado. A esse respeito, Butler (2015)

reconhece a existência de uma exploração e dominação exercida pelos corpos tidos como dignos em direção às populações alvo, compostas por vidas consideradas “destrutíveis” e, portanto, “não passíveis de luto”. Essas vidas são entendidas desde o princípio como vidas perdidas e ameaças à vida humana, legitimando-se, assim, o sacrifício dessas vidas, e não a proteção contra a violência de Estado.

Portanto, entendendo o sujeito como produto da realidade material que ocupa e as relações de saber-poder-verdade que a atravessa, dadas por determinações históricas, sociais e políticas, as ações policiais violentas têm importante impacto nessas subjetividades, mas em especial nas subjetividades de sujeitos detentores de vidas menos dignas de serem vividas, sujeitos que não se alinham à norma hegemônica, tais quais os sujeitos negros e periféricos. Assim, justifica-se a necessidade de investigar de que forma a força da instituição policial, ao produzir violência, incide nas subjetividades da população alvo dessas violências: negra e periférica.

e. PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao partir da concepção de subjetividade aqui adotada e inaugurada por Guattari, que diz respeito a uma subjetividade que se produz através da articulação de instâncias do contexto histórico, social, cultural e político ao qual o sujeito está inserido, dentro de uma constante processualidade (LEITE & DIMENSTEIN, 2010), pode-se destacar, além do cenário de violência promovida pelo Estado, também a adoção de modos de resistência a essa violência, por exemplo movimentos sociais, como produtores de subjetividades. Pensando que os movimentos sociais se estruturam a partir de problemáticas que existem dentro de um cenário político e social específicos, mas que carregam uma historicidade, pode-se dizer que são agentes de subjetivação para as pessoas que dele participam. Assim, destaca-se que as ações coletivas de resistência e enfrentamento a tais problemáticas que atravessam determinados sujeitos, são uma forma de produzir subjetividades que resistem às forças institucionalizantes que mantêm essas problemáticas.

No caso da violência policial, ela serve como uma tentativa de eliminar sujeitos e subjetividades que não servem e desordenam a lógica neoliberal hegemônica que tenta se sustentar. Assim, os grupos que frequentemente são alvos dessa forma de violência de Estado têm de moldar seus modos de existir nessa sociedade para

manterem o sistema vigente, ou seja, aceitam, por aumentar suas chances de existir, institucionalizar-se ao poder da instituição policial. Por outro lado, por entender a participação em coletivos que resistem a essa forma de violência de Estado como também um modo de subjetivação, cabe investigar que subjetividades são essas que se constroem e resistem à institucionalização e ao assujeitamento, que é proposto pela violência policial contra negros e periféricos, ou seja, corpos que não servem à norma. Além disso, ao pensar no conceito de violência normativa de Judith Butler, pode-se dizer que a participação em movimentos sociais também é uma forma de produção de subjetividade, ao passo que nestes está implicada uma problematização da violência que até então era normalizada subjetivamente e coletivamente, e, portanto, também é uma forma de resistir à institucionalização e assujeitamento à polícia, ao passo que não mais se aceita e normaliza os atos violentos, agora os problematiza e os combate.

Com isso, pode-se entender coletivos políticos como agenciamentos coletivos de enunciação, que para Guattari não corresponde nem a uma entidade individuada nem a uma entidade social determinada, mas sim a um campo que possibilita interligar diferentes instâncias individuais, psíquicas e sociais que se arranjam e desse modo produzem subjetividades. Além disso, Gauthier (2004 apud LEITE e DIMENSTEIN, 2010) pontuou que um agenciamento coletivo de enunciação pode se configurar de modo a criar existências territorializadas, de modo a construir uma identidade de fato através do seu modo de operação e dos discursos e signos que carrega, ou pode operar de modo a desterritorializar ou desestabilizar signos já dados e incorporados socialmente, de modo a criar novos modos de subjetividade singulares através da resistência às forças instituídas e hegemônicas, e nota-se que os coletivos contra a violência policial se encontram na segunda forma de subjetivação. Cabe dizer que Guattari entende, portanto, que os processos de resistência consistem na convocação e mobilização de diferentes instâncias, sendo elas afetivas, sociais, políticas, inconscientes, promovendo, enfim, um redimensionamento nos modos de agir, sentir, relacionar-se até então dados. (LEITE e DIMENSTEIN, 2010)

Assim, nota-se que os movimentos sociais são importantes agentes de produção de subjetividade no sentido de construir subjetividades que resistem e que desnaturalizam problemáticas sociais, favorecendo o combate à violência normativa ao passo que constituem subjetividades que problematizam e não aceitam ser

institucionalizadas pelas forças opressivas e instituídas da sociedade capitalista, e através disso, permite que essas subjetividades deem visibilidade à problemática normalizada, contribuindo, portanto, para o caminho em direção da transformação, com uma maior justiça social e uma sociedade mais democrática, conforme prevista na atual Constituição Cidadã. Mostra-se muito importante, portanto, que existam esses coletivos que produzem subjetividades que resistem, problematizam e não aceitam a desigualdade e a violência de Estado.

3. OBJETIVO

Colocados os aspectos que rodeiam a problemática da violência policial na sociedade brasileira e as possíveis contribuições da Psicologia para investigar e intervir nela, de modo a possibilitar a criação de estratégias de transformação da realidade material através do olhar para a dimensão subjetiva que esse fenômeno carrega, o presente trabalho busca investigar: qual impacto a violência policial contra pessoas negras e periféricas tem em mães que perderam seus filhos para tal, e de que forma a participação em coletivos de resistência a essa violência pode produzir outros sentidos para suas subjetividades?

4. MÉTODO

A abordagem de pesquisa escolhida para o presente estudo foi a qualitativa, levando em conta que esta busca analisar dados não-métricos, se havendo mais com a investigação aprofundada de aspectos não objetivos, sendo este um caminho frequentemente utilizado no estudo da vida social através de um envolvimento mais próximo do pesquisador de um determinado grupo social, por exemplo. Nesse tipo de pesquisa, o cientista é parcial e limitado, ocupando, portanto, uma posição ativa na investigação, se envolvendo e fazendo parte diretamente do processo, de modo a ser ao mesmo tempo sujeito e objeto dela. Ou seja, o pesquisador incide diretamente na pesquisa a fim de estudar aspectos da realidade que não podem ser medidos, servindo para a compreensão da dinâmica das relações sociais na sua totalidade.

Já a modalidade de pesquisa que será adotada é o estudo de caso, que se propõe a conhecer um determinado fenômeno a partir de uma investigação detalhada e aprofundada de casos isolados que compõem esse fenômeno (VENTURA, 2007). Entendendo-se que cada caso carrega suas particularidades mesmo diante de um mesmo fenômeno, o estudo de caso não pretende generalizar resultados, mas sim levantar de que formas esse fenômeno pode se expressar e o que isso revela partindo de casos isolados. Ventura (2007) coloca também que a investigação de casos tem potencial para ampliar a compreensão do fenômeno, não terminando em si mesmos, ao se analisar tanto o que os casos têm em comum quanto em particular, considerando as diferentes perspectivas que possui.

Dessa forma, este trabalho busca capturar os sentidos produzidos por mães de filhos negros e periféricos que foram mortos pela polícia e participam atualmente de um movimento social de resistência a essa forma de violência. Para isso, foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com três delas, de modo a permitir que suas subjetividades se mostrem através da fala espontânea, mas ao mesmo tempo que os sentidos pretendidos de ser capturados apareçam nessa fala. Para tal, foi elaborado um roteiro de perguntas que direcionou as entrevistas, no sentido de investigar como suas subjetividades foram impactadas em dois momentos, sendo o primeiro deles pela violência policial vivenciada em sua família e o segundo, buscando os sentidos produzidos após passarem a fazer parte do coletivo de resistência. O fato de a entrevista não ser completamente norteadas pelas perguntas pré estabelecidas

permitiu que os sentidos singulares que foram aparecendo em cada um dos discursos fossem também explorados, considerando que na pesquisa qualitativa não é necessário prender-se ao instrumento, tendo em vista que a singularidade e as especificidades de cada sujeito não podem ser previstas a priori e, também, são válidas de serem capturadas, permitindo, assim, uma compreensão ampla do objeto de investigação. O número de aprovação do projeto desta pesquisa pelo comitê de ética da PUC-SP foi 5482.

A análise dos resultados coletados buscou alcançar uma investigação alinhada à abordagem sócio-histórica, e para tal, as entrevistas foram analisadas de modo a capturar significados das participantes dentro de recorte analisado, expressos em núcleos de significação construídos pela pesquisadora, ao analisar esses discursos. A construção dos núcleos de significação que norteiam a análise começa pelos pré-indicadores. Esses são destacados todas as vezes que aparecem falas com algum significado, sendo este proveniente de um contexto específico, que pode ser desde a narrativa daquele sujeito até as condições histórico-sociais das quais ele faz parte. (AGUIAR e OZELLA, 2013) Portanto, os pré-indicadores correspondem a falas dos sujeitos que se destacam por carregar algum significado que representa de alguma forma o sujeito que o expressa.

Em seguida, os pré-indicadores são aglutinados seguindo critérios como similaridade, complementaridade ou contraposição, resultando assim nos indicadores. Essa aglutinação deve ter como referência a apreensão da totalidade daquele sujeito e das significações que ele carrega, expressas em seu discurso. Após essa fase, vem a construção dos núcleos de significação, que se dá pela articulação dos indicadores com base nas temáticas que eles possuem. Essa articulação objetiva a essência dos conteúdos que o sujeito manifesta. Portanto, os conteúdos e temáticas que os indicadores carregam devem ser organizados de modo a capturar aspectos essenciais do participante. Por fim, a última etapa é a análise dos núcleos de significação, em que ocorre um processo de análise intranúcleos seguido por uma articulação internúcleos, de modo a capturar os movimentos que o sujeito faz para construir seus pensamentos e sentidos representativos daquele sujeito. (AGUIAR e OZELLA, 2013) É a partir dessa análise que conseguimos, finalmente, apreender o processo de construção de sentidos dos sujeitos, que determina os modos de agir, pensar e sentir dos sujeitos. Em relação a essa etapa final, Aguiar e Ozella dizem

Nesse momento, alcançamos uma análise interpretativa mais completa e sintetizadora, ou seja, quando os núcleos são integrados no seu movimento, analisados à luz do contexto do discurso em questão, à luz do contexto social histórico, à luz da teoria. (AGUIAR E OZELLA, 2013, p. 311).

5. RESULTADOS

Conforme previsto, foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com três participantes de um movimento político de resistência e denúncia à violência policial, composto por mães e tia de vítimas desta violência. Para fins da preservação da identidade das participantes, não será informado o nome do movimento, e seus nomes, bem como os de seus filhos, serão abreviados. Para a seleção das participantes da pesquisa, houve um contato inicial com a líder do movimento, por seu número de telefone ser disponibilizado no grupo de Facebook do movimento, essa se tornando a primeira participante, e em seguida ela indicou outras duas participantes que aceitaram ser entrevistadas.

As entrevistas se deram via ligação de vídeo e foram gravadas com o consentimento de todas as participantes, de modo a possibilitar a análise de seus discursos posteriormente. Para a análise dos dados coletados foram primeiramente transcritas as entrevistas, em seguida foi realizada uma leitura flutuante de cada uma delas, depois foram selecionados os pré-indicadores presentes nelas, ou seja, todas as falas em que as entrevistadas revelavam algo de sua experiência subjetiva, seja com comentários, opiniões, expressão de sentimentos etc. Posteriormente, esses pré-indicadores foram divididos em indicadores através de temáticas semelhantes que os pré-indicadores carregavam, e por último esses indicadores foram aglutinados em núcleos de significação, entendendo que eles se relacionavam por complementaridade, contradição e/ou semelhança. (AGUIAR E OZELLA, 2013) Apreendidos os núcleos de significação de cada uma das entrevistas, estes foram analisados de modo a revelarem aspectos importantes das subjetividades das entrevistadas, dentro do recorte da vivência da violência policial através de seus filhos e da participação em um movimento que resiste a essa violência. Sendo assim, as análises das entrevistas serão apresentadas a seguir.

a. S., mãe de V.

Esta participante tem 51 anos, se define como branca e mora durante toda sua vida no bairro Parque Santa Madalena, próximo a Sapopemba, e perdeu seu filho, V. para a violência policial. Ela é também a fundadora e líder do movimento de resistência à violência policial em foco, que veio a existir em 2016. Foram extraídos seis núcleos de significação da entrevista, que serão apresentados a seguir, e todos

tiveram como título frases ditas pela entrevistada, que representam a significação que buscou-se ser destacada.

O primeiro núcleo de significação foi intitulado **“Às vezes eu me sinto muito impotente, mas ao mesmo tempo [...] eu também sou o socorro que o bairro tem.”** A entrevistada relata que recebe pedidos de socorro da comunidade e de participantes do movimento que lidera, frente aos quais percebe não poder ajudar da forma que é necessária. Foi possível perceber durante a entrevista que tanto S. quanto os demais moradores da comunidade sentem uma forte insegurança em relação à figura do Estado, especialmente quando este é representado pela instituição policial, entendendo que as políticas públicas pouco atingem positivamente a população periférica, em especial as de segurança pública. Sendo assim, o Estado é entendido pela população como negligente, pelo fato de suas políticas públicas não garantirem o acesso aos seus direitos, pouco contribuindo para a melhoria das condições de vida, ou como opressor, já que seus direitos também são violados pela polícia com ações violentas. Essa falta de confiança que sentem em relação à figura do Estado reflete na população de modo que tentam compensar a falta e resistir à opressão exercida pela polícia.

A entrevistada descreve diferentes contextos em que a população tenta exercer o papel do Estado para sobreviverem, e ela em específico, pelo engajamento político, assume este papel como responsabilidade e é tratada pela população como ponto de referência de apoio e proteção social. Essa posição assumida por S., de certa forma involuntariamente, gera sentimentos como insuficiência e frustração. Assim, revela-se as repercussões negativas que o papel negligente/opressor do Estado tem nas periferias, ao passo que faz com que a população precise, para sua própria sobrevivência, assumir responsabilidades que não são dela e que sequer possui os recursos e as possibilidades para executar essas funções de fato.

O próximo núcleo de significação carrega o nome de **“É um tipo de medo sim, e por conhecimento também que eu fui tendo durante esses anos todos de luta aí, e aprendi que não é assim que se age com eles”**. Este núcleo fala sobre os conhecimentos que a entrevistada adquiriu ao longo de suas vivências com a polícia, seja na luta contra a violência reproduzida por esta ou pelos anos que morou na periferia e teve de conviver frequentemente com policiais. Essas experiências foram

muito atravessadas por violências e violações de direitos, e, para resistir a isso, S. teve de aprender sobre seus próprios direitos e sobre como poderia lidar com policiais a fim de evitar que sofresse violações. Apesar dessas vivências negativas, S. faz um grande esforço para não generalizar os policiais e ressaltar que nem todos são violentos ou executam seu trabalho diferente do que é previsto pela lei. Também foi possível ver nas falas da líder do movimento que esse processo de aprender como e em que momentos resistir e evitar a opressão policial ocorreu coletivamente na comunidade. Porém, essa forma de resistir à violência policial, mesmo com o conhecimento dos próprios direitos, passou a ser atravessada por ameaças diretas e explícitas contra a vida de S. e de seus familiares, a partir do momento que se tornou mais ativa na luta contra a violência policial e, principalmente, quando se tornou visível como liderança de um movimento político.

A necessidade de mudança na forma como resiste e como milita, pelo conhecimento do poder da polícia e, principalmente, por perceber como esse poder ameaça a sua vida e a de seus familiares, escancara como a instituição atua sobre a subjetividade e os comportamentos das pessoas, especialmente daquelas cujos modos de agir não atendem aos aprovados socialmente, não correspondem à norma, não estão de acordo com modelo de “cidadão de bem” institucionalmente desejado. Pode-se perceber que este modelo imposto, na realidade, não passa de uma pessoa que não questiona as forças instituídas e, portanto, não ameaça o poder e o *status quo* dessa e de outras instituições que reproduzem a necropolítica. Com isso, a polícia segue operando de modo a se fortalecer e enfraquecer dispositivos democráticos, como os movimentos sociais, através da lógica do medo, tendo em vista que é justamente o medo que mobiliza S. e outros cidadãos a aprender a lidar com os policiais e a mudar seus modos de ser e agir, e no caso de S., até mesmo de seu engajamento político, a fim de evitar ser vítima da violência letal da instituição policial.

O terceiro núcleo de significação também trata da resistência à polícia, mas especificamente à opressão endereçada aos jovens, e foi intitulado **“O jovem não tem medo [...] ‘Se é uma roupa que eu (jovem) gosto, eu não vou deixar de usar por causa de policial’.”** Nele, a entrevistada conta como existe uma disparidade no tratamento da polícia a depender de marcadores socioeconômicos que as pessoas apresentam, sendo especialmente violentos quando as pessoas carregam marcadores associados pelos policiais com a pobreza ou a criminalidade nas

periferias, (ex: determinados cortes de cabelo, determinadas marcas de roupa, determinadas marcas de moto etc) e mais ainda quando são jovens que carregam esses marcadores. Contudo, S. narra que essa opressão voltada aos jovens periféricos não é suficiente, na maior parte das vezes, para que estes tenham à violência policial e aceitem, conseqüentemente, subjetivar-se e institucionalizar-se à polícia, agir de acordo com os ideais de cidadão que a instituição policial possui, a fim de evitar sofrer opressão. Essa força de resistência revelada pela entrevistada que os jovens da periferia possuem, pode ser um dos motivos de serem os principais alvos da polícia. Essa opressão especialmente voltada aos jovens periféricos, por não se assujeitarem e resistirem ativamente, enfrentando as imposições do Estado, se assemelha ao que ocorreu com S. quando passou a resistir abertamente e de modo organizado, em um movimento político, a essa instituição.

Com isso, pode-se concluir que a polícia é uma instituição que tenta impor o poder sobre a população periférica através da força, e que por muitas vezes essa estratégia funciona, resultando em subjetividades moldadas pelo medo da violência, mas que quando há resistência, essa imposição vem com ainda mais força, o que por muitas vezes resulta em mortes por violência policial. Ou seja, a realidade vivida pelos jovens, relatada por S., bem como as ameaças que passou a receber quando se organizou politicamente para resistir à violência de Estado, escancaram como o objetivo da polícia é justamente garantir a manutenção das relações de poder e das normas vigentes, e quando existem corpos com subjetividades que não aceitam a norma imposta, a resposta da instituição vem com uma força opressiva ainda maior, muitas vezes culminando no aniquilamento dessas vidas. Esse ciclo de violência e resistência, que se inicia pela tentativa de imposição de poder e de subjetivação da população periférica por parte da polícia, é o que resulta em problemas sociais vistos nas comunidades como os confrontos entre polícia e população periférica.

O núcleo subsequente se chama **“Uma andorinha não faz verão, mas ela faz barulho”**. Ele surgiu inicialmente de um indicador percebido no discurso de S. que carrega todas as falas relativas a uma dificuldade de acreditar que de fato a luta contra a violência policial, à qual ela e as outras mães do movimento tanto se dedicam, além de outros atores, irá surtir resultados. O motivo dessa descrença é o fato de reconhecer a força do Estado e da defesa de suas instituições, especialmente quando, de alguma forma, essa soberania é ameaçada. Essa força se comprova nas

inúmeras dificuldades narradas pela entrevistada que encontrou durante o processo de investigação e busca de justiça pela morte de seu filho, V. Conta que teve que travar essa luta completamente sozinha, pois em nenhum momento recebeu qualquer apoio de órgãos ou instituições governamentais, pelo contrário, o processo foi tão complicado justamente por empecilhos colocados por esses representantes do Estado, que, segundo ela, existiam para enfraquecê-la e convencê-la a desistir de buscar justiça e denunciar a instituição policial, ou seja, ela acredita que o Estado fez de tudo para proteger essa instituição e, conseqüentemente, manter as relações de poder instituídas. Por outro lado, esse processo foi ficando mais fácil e ela foi se fortalecendo na medida em que apareceram atores sociais que compuseram e legitimaram essa luta.

É possível notar na fala da entrevistada a importância do apoio mútuo e da coletividade para obter de fato justiça e continuar lutando por transformação social, ainda que reconheça a dificuldade desse processo. Portanto, a fala proclamada por S. **“Uma andorinha não faz verão, mas ela faz barulho”** representa bem essa noção da potência que existe na vivência coletiva, sendo a única andorinha representada pelo movimento social e pelos atores que compõem e apoiam a luta, e a dificuldade de fazer verão, ou seja, conseguir justiça, sendo resultado da resistência e força do Estado, mas afirma que continuam persistindo porque o “fazer barulho” é uma aposta de que, por mais difícil que seja, quanto mais barulho fizerem, quanto mais se organizarem politicamente e coletivamente para incomodarem essas forças instituídas, maiores as chances de eventualmente conseguirem “fazer verão”, transformarem o cenário de injustiça social vigente.

O quinto núcleo de significação foi intitulado **“Vivo por causa dos meus outros dois filhos, mas só estou sobrevivendo, menos quando eu estou na luta.”** A entrevistada afirma que na luta tem liberdade para falar do filho que perdeu, mas em sua casa não sente que pode falar sobre V., que demonstrar seus sentimentos e compartilhar o luto com os outros filhos atrapalharia suas vidas de continuar. Essa compreensão de S. pode se dar por algumas falas e atitudes de membros da família em relação à sua vivência do luto em conjunto com a luta, por exemplo quando ela relata uma reação de sua filha quando S. trazia mães do movimento para sua casa a fim de conversar: “Aí até que um dia a minha filha falou pra mim ‘mãe, tem dia que você acorda e está bem, aí chega uma mãezinha, fica

vocês duas chorando, ela sai e você vai direto pro quarto.’ Então ali foi um puxão de orelha, sabe, tipo ‘você não mora aqui sozinha’”. Ela afirma ainda que se percebe sobrevivente no ambiente familiar e viva quando está na luta, falando de seu filho e, segundo descreve, sente-se mais próxima dele quando milita. Esse núcleo explicita o papel crucial que o engajamento de S. na luta por justiça teve no seu processo de luto, especialmente quando essa luta era feita coletivamente com outras mães. A entrevistada conta que essa luta lhe dá forças para continuar vivendo e não sucumbir, encontrando, portanto, na militância uma motivação para continuar vivendo. Contudo, essa correlação entre saúde mental e luta não é tão bem incorporada na vida da entrevistada, tendo em vista que, segundo demonstrado em alguns momentos da entrevista, essa relação não parece ser bem compreendida pelos membros de sua família, por vezes inclusive tendo que, de certa forma, separar essas áreas de sua vida pela resistência que os familiares demonstram em relação ao engajamento político de S. Essa dificuldade de compreensão faz com que S. viva uma espécie de vida dupla, onde no âmbito familiar tem de fingir que está bem, mesmo quando não se sente assim, evitar falar do filho, esconder seu processo de luto, por acreditar que assim não atrapalha seus filhos, e na luta pode ser ela mesma e viver o luto da forma que aparentemente lhe faz bem: resistindo e falando sobre V.

Assim, pode-se dizer que essa separação tende a ter repercussões negativas na saúde mental da entrevistada, já que o processo de luto saudável fica impossibilitado no ambiente familiar, resultando em uma repressão dos sentimentos e a vivência de uma realidade que não condiz com a que gostaria de viver, o que prolonga seu sofrimento. Entende-se, portanto, que a luta tem um grande potencial de produzir saúde mental, de ressignificar a perda e direcionar o processo de luta de uma forma mais saudável e dar um motivo para continuar vivendo, porém o impedimento de viver seu luto da forma que lhe faz mais sentido para manter o bem-estar da família pode trazer prejuízos para a saúde mental.

O último núcleo de significação coletado se chama **“Mas está aí uma coisa que as mães não querem fazer (acompanhamento psicológico). Acho que é uma mãe que entende a outra.”** Durante a entrevista, S. relata ter um forte sentimento de identificação e empatia por todas as mães a partir do momento que perdeu seu filho, e esse sentimento é potencializado no caso de outras mães que perderam seus filhos nessa vivência violenta. Conta também como elas se entendem e conseguem apoiar-

se melhor do que qualquer um, através do compartilhamento de histórias semelhantes, de sentimentos, através do apoio emocional e muitas vezes financeiro e que, por muitas vezes, contam apenas com o apoio umas das outras e de mais ninguém.

Levando isso em consideração, o movimento mostra-se de extrema importância para a promoção da saúde mental, tendo em vista que por muitas vezes não é possível o acesso a atendimento psicológico especializado, em decorrência da ampla demanda dos serviços públicos de saúde mental, ou não é um desejo das mães, justamente por contar com esse sentimento de identificação que só tem com outras mães para trabalhar o próprio luto. Assim, mais uma vez a entrevistada revela como o movimento vai muito além de uma forma de organizar-se politicamente e buscar por justiça, mas é também um dispositivo de apoio mútuo e de promoção de saúde mental através de uma vivência coletiva.

A partir dessa análise, pode-se perceber alguns pontos importantes que revelam significações da entrevistada. O primeiro ponto a se destacar é como ocorre uma certa responsabilização individual, por parte da entrevistada e do restante da comunidade, em relação a determinados problemas sociais enfrentados no território que habitam. A negligência e abandono do Estado, expressos no pouco acesso às políticas públicas, na ineficiência das que existem no território e ainda nas frequentes abordagens policiais violentas, fazem com que a população precise se organizar de alguma forma, na tentativa de compensar essa atuação do Estado, que hora se dá na falta e hora na opressão. O objetivo da população nesse movimento é sobreviver frente a uma realidade social tão deficitária e problemática, contudo, não existem recursos suficientes para suprir a falta e resistir à opressão, muitas vezes, o que pode ser extremamente frustrante para os sujeitos, ao passo que não têm outra escolha se não resistirem por meios próprios. No caso de S., sua posição política de liderança de um movimento social coloca uma expectativa ainda maior de dar conta das demandas presentes no território. Essa expectativa, que ela mesmo tem sobre si, é fortalecida pela população, à medida que muitas vezes recorrem a ela para lidar com certas questões do território que seriam supridas pela ação do Estado por meio das políticas públicas. Essa responsabilização individual por parte da entrevistada é geradora de sofrimento, tendo em vista que não consegue dar conta de todas as demandas que aparecem e que é acionada para solucionar, justamente por se

tratarem de questões que exigem a intervenção de instâncias estatais, mas pouco sentem que podem contar com essas, em especial com a polícia.

Também é possível perceber no discurso de S. uma forte influência, nos seus modos de agir e pensar, do medo gerado pela imposição de poder por meio de ameaças e da força policial. A entrevistada apresenta certa resistência em alguns momentos de nomear o sentimento de medo sentido, talvez pela ideia de que precisa ser essa força e referência de apoio para a comunidade, mas revela como essa violência e violação de direitos a afetam diretamente e interferem na sua vida. Essa influência se torna especialmente forte no seu caso levando em conta a resistência que faz aberta e ativamente à instituição policial. Ela revela como ela e seus familiares passaram a sofrer ameaças direta ou indiretamente e, por mais que muitas vezes não nomeie como medo, diz que essa coerção realizada pelos policiais fez com que mudasse a forma de militar, de modo que agora se expõe menos em determinados contextos para evitar que as ameaças se concretizem.

A entrevistada demonstra um claro reconhecimento da força do Estado para proteger as suas instituições e resistir a ações que ameaçam a soberania absoluta delas. Nesse sentido, o enfrentamento parece ser um ponto delicado para a entrevistada, relatando como sua experiência pessoal de luta por justiça após a execução de seu filho foi extremamente desgastante e difícil, justamente pelos entraves colocados pelas instâncias estatais para resistir a essa luta que ameaça o *status quo*. Contudo, fica claro como ela aposta no apoio mútuo para tentar obter a justiça social que é alvo da sua luta. Ela vê no movimento, nos parceiros e na organização política, com a composição do máximo de pessoas possíveis, como uma boa alternativa para essa tentativa de enfrentamento. Ainda assim, essa aposta se dá de forma bem realista, não deixando de constatar a dificuldade de se obter resultados para a luta justamente por essa defesa do Estado ser muito forte.

S. também traz em seu relato a relação de sua família com a luta em que é engajada. Ela conta como vive uma espécie de vida dupla e vivencia seu luto de formas muito diferentes quando está no ambiente familiar e quando está na luta. Sua mobilização política e, especialmente, a posição de liderança que ocupa não parecem ser tão bem aceitos pelos membros de sua família e principalmente não parecem ser de fato compreendidos como parte importante da sua elaboração da perda de V. Por

esse motivo, a entrevistada quando está com seus familiares deixa de expressar seus verdadeiros sentimentos, deixa de falar sobre seu filho morto, sente que precisa fingir e viver uma realidade diferente da que gostaria para não prejudicar a continuidade da vida dos seus demais filhos, e por isso diz sentir que só sobrevive quando está no âmbito familiar. Porém, na luta ela relata se sentir viva de fato, tem liberdade para vivenciar seu luto da forma que se sente melhor: lutando por seu filho e por jovens com histórias semelhantes à dele. Dessa forma, a vivência do luto no caso de S. é muito atravessada pela família e pelo impedimento, mesmo que não expresso de forma explícita, de vivê-lo como gostaria no meio doméstico e na presença de familiares.

Ainda no que se refere à participação da luta no processo de luto da entrevistada, ela conta como o movimento que fundou e compõe é muitas vezes a única referência de apoio que as mães encontram, e entende-se esse apoio em diversas esferas, tanto emocional, financeiro e de luta por justiça. Dessa forma, ela narra a potência que esse dispositivo tem no sentido de produção de saúde mental, já que esse apoio mútuo é o que garante muitas vezes uma melhor qualidade de vida em diversos âmbitos, contribuindo assim para o bem-estar psicológico das mães. A entrevistada diz ainda que essa potência é garantida graças à identificação que as mulheres sentem umas com as outras e como isso torna possível diálogos e compartilhamento de experiências e de sentimentos que não têm com mais ninguém, justamente por essa identificação contribuir para a conexão emocional e para a compreensão que sentem entre si.

b. J., mãe de M.

A segunda entrevistada é uma mulher parda de 42 anos, moradora há 15 anos do bairro Ponte Rasa, mas mudou da região onde morava depois da morte de seu filho, em busca de uma parte menos violenta dentro do mesmo bairro. O primeiro núcleo de significação construído foi intitulado **“Se você tá numa calçada varrendo, eles (policiais) acham que não tem que tá aí na hora que eles tão fazendo a ação deles não.”** Durante a entrevista, foram contadas por J. diversas situações em que a polícia age de modo a impor seu poder sob a população periférica, muitas vezes atuando de forma descabida e fora da lei, justamente para estabelecer uma posição de hierarquia, em que a instituição seria superior em relação à população. A

entrevistada relata que desde criança presencia situações como essa, inclusive contra pessoas de sua própria família, o que parece ter feito com que essa imposição de poder fosse aceita como natural pela entrevistada, já esperando presenciar e até ser vítima dessa opressão, segundo expressa em certas falas. Essa imposição de poder, refletida muitas vezes em abordagens violentas e violadoras de direitos a todo o momento, gera forte sofrimento para a população periférica, que, segundo a entrevistada, vive constantemente com medo, dentro de seu próprio território do que pode lhe acontecer apenas pela presença dos atores dessa instituição. Uma fala proferida pela entrevistada expressa exatamente essa realidade: “[...] ficam com medo. Porque é como eles falam né ‘a gente tá aqui pra caçar bandido e quem tá na rua tem que sair da frente’, eles usam esse dilema deles né, quem tá na rua que saia, vá para as suas casas, não é pra ficar aí.”

A naturalização e aceitação dessa posição de poder imposta e da constante ameaça à própria vida no próprio território é algo que tende a diversos prejuízos à saúde mental da população, levando em consideração que estabelece uma relação de passividade com o próprio território, com as próprias vivências nele e com as raízes que se criam, não podendo apropriar-se da própria vida e viver as próprias experiências conforme faria no local que habita. Nota-se uma espécie de colonização do território onde os moradores não têm o direito de ocupá-lo de fato, já que sua vida é ameaçada apenas por existir nele, e têm de aceitar passivamente essa situação para continuar vivendo, subjetivando-se à instituição policial.

Em seguida, foi encontrado o segundo núcleo de significação, cujo nome é **“Acho que depois da morte do meu filho, a gente aprendeu um pouco como lidar e os nossos direitos, até onde pode ir e até onde não.”** Neste, a participante narra diversas situações em que a população resiste à violência policial, a abordagens que ameaçam os direitos humanos ou colocam os moradores em risco. Conta também que essa resistência passou a ocorrer principalmente a partir do momento em que seu filho foi morto por policiais, já que essa situação limite serviu, de certa forma, para que todos ali conhecessem seus direitos e soubessem como resistir, até onde a polícia poderia ir em uma abordagem e de que forma as pessoas poderiam intervir, para evitar que atuações levassem à letalidade. Sendo assim, é possível ver que uma situação como essa serviu para fortalecer a população daquele território em específico, já que até então não tinham conhecimento de seus direitos e se viam em

uma posição de maior passividade em relação à polícia, aceitando sua imposição de força e poder. Quando a morte de um morador da comunidade escancarou o risco dessa imposição de poder, a população saiu desse lugar de aceitação pelo medo e passou a reivindicar seus direitos. Pode-se dizer, portanto, que a morte de M. potencializou a população a conhecer e reivindicar seus direitos e lidar com a polícia de forma mais ativa, mesmo que ainda cautelosa.

O próximo núcleo carrega o nome de **“Mas quando eles estão mesmo de marcação com aquele menino eles vão lá e fazem do jeito que tem que fazer”** e ele trata mais explicitamente das abordagens violadoras de direitos na periferia. J. cita durante a entrevista vários acontecimentos em que a polícia forjou, ou seja, criou uma cena para incriminar determinadas pessoas e penalizá-las por algo que elas não fizeram, portanto, ser acusado falsamente se tornou um grande medo da população e uma prática recorrente da polícia. Essa prática, segundo a entrevistada, é direcionada especialmente para determinados jovens da periferia, sendo eles os meninos que ficam “marcados” pela polícia, por possuírem certas características que eles julgam “criminalizáveis”, ou então por suspeitarem, a partir de alguma situação que presenciaram, que aquele jovem comete delitos. Essa diferenciação que a polícia exerce com esses jovens faz com que persigam e tratem-nos de uma forma mais punitiva e hostil. A entrevistada conta que essa perseguição é feita principalmente através de abordagens estratégicas para facilitar a violação dos direitos desses jovens e dar margem ao forjamento, por exemplo abordagens realizadas de madrugada, diminuindo as chances de existirem testemunhas da violência e violação de direitos; invasões às suas casas sem mandado de busca; abordagens feitas fora do horário de trabalho dos policiais etc.

Assim, a participante explicita como a polícia cria seus próprios meios para legitimar a violação de direitos especificamente contra corpos que eles julgam menos dignos, corpos que carregam marcadores sociais ou subjetividades que confrontam uma certa lógica aprovada pela instituição policial. Dessa forma, percebe-se como a instituição reproduz, através de suas práticas, biopolítica e necropolítica contra determinados corpos e como determina quais corpos são dignos de existir em sociedade.

Outro núcleo de significação observado se chama “[...] eu falava pro meu filho **“não mexe com a polícia, o que eles pedirem você faz, pelo amor de deus [...]”**. E ele parou, ele parou e teve uma experiência péssima com isso”. Notou-se que por vezes a entrevistada apresentou falas que carregavam uma certa relativização da violência policial, atribuindo, em alguns momentos, os motivos dessa violência ocorrer aos indivíduos vítimas dessa violência de Estado, inclusive a seu filho. É possível perceber, ainda, certa contradição em alguns momentos, já que ao mesmo tempo que reconhece como o Estado falha em proporcionar boas condições de vida e oportunidades de desenvolver-se, o que facilita que as pessoas recorram ao crime para tentar ter mais qualidade de vida, também afirma que no final das contas é uma questão de vontade ou não de ser criminoso. Além disso, demonstra em vários momentos uma busca por não generalizar os policiais, afirmando que não são todos maus ou que muitos civis os de tratam ou se comportam de formas que resultam nas violências sofridas. Essas contradições presentes na fala da entrevistada e a relativização da violência feita algumas vezes revela a complexidade dessa vivência, já que é possível notar que, por mais que exista um reconhecimento de que a população periférica é vítima de um Estado opressor e negligente, existe uma tentativa de fazer o que pode para evitar essa violência, procurando, inclusive, influenciar na subjetividade do filho de modo que sua subjetividade e seus comportamentos sejam os mais alinhados possíveis com a norma de “cidadão de bem” seguida e reproduzida pela polícia.

Isso é percebido em sermões e ensinamentos que J. passava a seu filho, mesmo após ele ser vítima de violência física de um policial em uma abordagem, tentando fazer com que ele se comportasse de uma forma que evitasse essa violência, atribuindo certa responsabilidade ao filho por essa violência. Pode-se dizer que existe na participante uma tentativa de manter o controle da situação de violência ao buscar moldar a subjetividade do filho, mesmo que por muitas vezes essa tentativa seja em vão, já que a violência policial ocorre até mesmo quando o sujeito se comporta de uma forma dita correta pela polícia, como foi o caso de M. ao sofrer a primeira agressão física por parte de policiais por ter sido o único de seus amigos reunidos a parar sua moto quando foi mandado por policiais, escancarando, portanto, que a verdadeiro motivo para essa violência não está na vítima necessariamente, e sim no agressor.

O quinto núcleo de significação tem o nome de **“Os caras torturam um filho, a mãe acaba também sendo torturada psicologicamente”**. Ele surgiu primeiramente porque J. conta diversas situações depois da morte do filho em que passou a confrontar policiais, se posicionando ativamente em situações de injustiça, até mesmo em casos que não tinham relação com seu filho, e por vezes fazendo isso com certa agressividade. Ela diz que depois da morte de M., se vê tomada por muita raiva e desejo de vingança, o que por vezes reflete nas suas atitudes e na sua forma de se relacionar com o mundo, especialmente com os policiais. Cita também diversos prejuízos que essa situação causou em sua saúde mental, muitas vezes agindo de formas que não gostaria ou que, racionalmente, sabe que não fazem sentido. Em outro momento da entrevista, narra como seu filho mudou drasticamente de comportamento e perspectiva da vida a partir do momento em que sofreu violência em uma das várias abordagens que já havia tido, e como ela acredita que essa mudança drástica, com o filho também tomado por um sentimento de raiva em relação à polícia, foi um importante fator para que sua subjetividade fosse completamente transformada, deixando de agir e pensar de acordo com o que sua mãe lhe ensinou a ser para não se tornar vítima da polícia, o que resultou em um envolvimento em um roubo que levou à sua morte.

Assim, pode-se perceber como a violência policial e a opressão deixam marcas psicológicas e transformam a subjetividade de quem as sofre, direta ou indiretamente. Além disso, como adoece suas vítimas de modo a, por muitas vezes, levá-las a situações extremas de reprodução da mesma violência que sofreram. Assim, é notório como a presença da polícia de forma violenta e ameaçadora apenas fortalece e perpetua o ciclo de violência que existe na periferia, em decorrência da ausência do Estado, e como impacta negativamente na saúde mental da população periférica, muitas vezes levando-as a situações limite que resultam em mais violência, mortes e crimes.

Já o sexto núcleo de significação, intitulado **“Já teve policial depois da morte do M. invadindo a casa que ele morava [...] aí eu fui parando de mexer com essas coisas porque vai acabar levando mais pessoas que não tem culpa”**, trata das vivências que J. teve com a polícia após a morte do filho, principalmente atravessadas pela resistência ativa que passou a exercer, e como essas vivências influenciaram-na. Durante a entrevista, J. conta diversos momentos em que policiais ameaçaram a

vida ou os direitos de pessoas próximas a si, como seus pais, seu filho, seu irmão, demonstrando ser uma prática recorrente e antiga da polícia nas periferias, contudo, após a morte de M., a entrevistada notou que existe uma certa comunicação e parceria entre os policiais que dá mais força a essas ameaças, ao passo que facilita que essas ameaças de fato se concretizem quando for de interesse que algum policial e que sejam direcionadas a pessoas específicas, principalmente aquelas que vão contra as normas estabelecidas e ameaçam a soberania da polícia de alguma forma. Essa situação se comprova no caso de um jovem que foi preso injustamente no lugar do amigo de M. que realizou o assalto que resultou em sua morte, e esse jovem posteriormente foi morto na cadeia, aparentemente por policiais. Essa morte ocorreu após um dos policiais que matou M. ameaçar, para a participante, fazer o mesmo com o jovem preso injustamente, quando essa confrontou-o ao se encontrarem em uma audiência.

Essa percepção da força da polícia e da sua articulação, somada à culpa que relata sentir pela morte desse jovem inocente, e ao fato de ter se tornado mais “visada” pela polícia desde que passou a confrontar com policiais e a militar explicitamente contra a violência de Estado, fez com que J. parasse de resistir ativamente contra a violência policial, inclusive se afastando do movimento, por temer que outras pessoas fossem vítimas dessa violência como consequência da sua atuação política. Esse medo foi crescendo à medida que ela mesma e sua família passaram a receber ameaças direta ou indiretamente de policiais depois de investigar e denunciar o caso de M. Assim, é possível ver como, mais uma vez, a polícia consegue moldar subjetividades e comportamentos através da imposição da força e do poder, e como por vezes essa imposição de poder enfraquece movimentos democráticos que buscam justiça social, facilitando a manutenção de instituições violentas e anti democráticas e, conseqüentemente, de uma série de problemáticas sociais.

Além disso, esse núcleo revela, assim como o primeiro, a condição que a polícia coloca os sujeitos periféricos ao ocupar de forma violenta, violadora e colonizadora as comunidades. A situação citada por J. que foi determinante para que deixasse de resistir politicamente à violência policial, onde a casa do pai de M., com quem o jovem morava, foi invadida por policiais sem mandado, é um retrato dessa presença opressora e do que causa nos sujeitos que convivem com essa violência.

Nota-se que essa presença nas periferias resulta em uma impossibilidade de exercício do direito à cidadania, direito de ocupar e de se apropriar do próprio território e, nesse caso, até da própria moradia, ao ter o direito a ela também violado nesse momento. Essa impossibilidade de pertencer de fato ao próprio território em decorrência da opressão policial, desqualifica as pessoas como sujeitos de direitos e lhes rouba uma parte constituinte de si que é seu território, sua moradia e as vivências que são possibilitadas quando se ocupa verdadeiramente estes.

O próximo núcleo de significação se chama “[...] **vai enfraquecendo a gente e fortalecendo eles.**” A entrevistada relata como foi difícil o processo para conseguir respostas em relação à morte de seu filho, encontrando inúmeros entraves colocados pelos órgãos que precisava passar para obter justiça, respostas e investigação do caso e até mesmo violações de direitos, como por exemplo a divulgação de imagens de seu filho agonizando antes de morrer, por parte de um policial, e o transporte do corpo de M. a um IML sem sequer informá-la qual seria ou pedir sua assinatura para que liberasse o corpo para o IML. Além de todo esse cenário extremamente desgastante emocional e fisicamente, a entrevistada passou a perceber como existe uma certeza da impunidade para crimes cometidos por policiais, em que o Estado protege esses atores mesmo com uma série de provas dos crimes que cometeram. Essa certeza da impunidade percebida e sentida com pesar pela entrevistada pode ser vista quando diz “Sabem (policiais) que pode fazer o que quiser e fica do jeito que fica.”, quando se refere à dificuldade que encontrou para denunciar a violência policial sofrida por M.

Toda essa jornada frustrante, onde os esforços e a violência escancarada coletada em provas pela entrevistada não surtiram resultados, a mudaram severamente. Ela comenta como sempre foi realista, sempre teve consciência de como o Estado poderia ser injusto, mas que viver um processo tão desgastante, receber tantos “nãos” e ser vítima de tantas violações a enfraqueceu muito, prejudicando significativamente sua saúde mental e sua vontade de conseguir justiça.

Isso mostra como o Estado protege suas instituições fortemente, como tentar resistir à violência por ele perpetuada pode ser muito adoecedor e como esse sistema opera de modo a manter o *status quo* das instituições, já que ou as vítimas adoecem no meio do caminho e não conseguem mais lutar ou de fato desistem de obter justiça,

mesmo com a possibilidade de obtê-la. Ou seja, as instituições problemáticas se mantêm também pelo adoecimento da população que o próprio Estado produz, o que dificulta combater as injustiças que ele reproduz.

Já o último núcleo se chama “[...] eu quero ir pra luta e mudar pelo menos um pouquinho isso daí. [...] É mais ou menos assim que a gente tenta amenizar o sofrimento.” J. diz que apesar das dificuldades que a levaram a se afastar da luta e do próprio movimento que compunha, a entrevistada conta que está voltando a integrar esse dispositivo e a querer lutar contra a violência policial. O que relatou ter despertado essa vontade de obter justiça por seu filho foi uma ligação que recebeu do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa) dizendo que haviam falhas no processo, portanto que existia uma nova chance de conseguir justiça pela morte de M. Além dessa ligação, em diferentes momentos da entrevista, a participante relata como a vivência coletiva no movimento a fortalecia, por saber que existia uma rede de mulheres lutando juntas e se apoiando, e como esse período apartada dele e da vivência coletiva trouxe prejuízos emocionais para si. Também conta o papel essencial que a líder e o advogado do movimento tiveram no processo de investigação e luta por justiça pela morte de M., contando que muito apoiaram e facilitaram a investigação e o acesso às informações relativas ao caso, mas também realizaram o suporte emocional, a ajudando a ter mais clareza de seus sentimentos, a ressignificar sua raiva e direcioná-la de uma forma mais benéfica para si e para a luta.

Portanto, é possível notar como a luta e o luto andaram de mãos dadas no caso de J., tendo em vista que quando se afastou desse dispositivo e de todas as experiências que ele propiciava, deixou de ter o apoio mútuo, o compartilhamento de experiências e sentimentos, a compreensão e acolhimento que encontrava no movimento, e, com isso, foi tomada por uma melancolia e desânimo em relação à vida. Atualmente, reconhecendo como essa experiência coletiva é potente do ponto de vista da saúde mental e da transformação social e reconhecendo como quando atores acreditam e apoiam sua luta ela se fortalece, a entrevistada está voltando para o movimento, acreditando que a luta por jovens como seu filho possa aliviar um pouco da sua dor.

Com base nos núcleos de significação construídos, cabe destacar alguns pontos representativos da subjetividade da entrevistada. Primeiramente, ela revela certa naturalização e aceitação da posição de poder imposta pela instituição policial, devido à vivência desde a infância de violências por parte desta, de modo que por mais que saiba que as abordagens violadoras de direitos não estão certas, já existe uma expectativa e uma passividade em relação à opressão e imposição de poder. Esse posicionamento reflete na forma como ela e os demais moradores da comunidade ocupam o território, ao passo que entendem que precisam muitas vezes submeter-se e obedecer à polícia por medo de sofrer violência caso não se comportem de acordo com o esperado. Portanto, a população sofre uma certa colonização de seus territórios, em que deixam de se apropriar deles e de compor subjetivamente eles justamente pelo medo de sofrer as frequentes violências de Estado.

Por outro lado, J. conta também que a população saiu um pouco dessa posição de passividade a partir da morte de seu filho, já que essa situação escancarou a letalidade da polícia e mostrou a importância de resistir a essa imposição de poder mesmo com medo, então a população passou por um processo de conhecimento dos próprios direitos para poder resistir de forma mais apropriada e embasada na lei. Assim, é possível perceber que a falta de conhecimentos relativos aos próprios direitos foi um dos pontos que deu munição para essa aceitação passiva em relação à opressão policial e como a morte de M. impulsionou e empoderou a entrevistada e os demais moradores do território, levando em conta que propiciou a busca do conhecimento sobre seus direitos e sobre como colocar limites para a polícia, ainda que de forma consciente e cuidadosa, evitando a possibilidade de ao resistirem se tornarem novas vítimas.

Também é muito presente no discurso de J. uma contradição, já que ao mesmo tempo reconhece como o Estado tem grande responsabilidade pela violência policial, na medida em que não propicia oportunidades de crescimento para a população periférica, o que fortalece o ciclo de violência, mas também relativiza a violência policial, atribuindo um caráter individual para a ocorrência dela em muitos momentos. Faz isso principalmente quando se refere a determinados jovens da comunidade, normalmente que carregam marcadores sociais criminalizados pela polícia ou algum histórico com essa instituição, e afirma que eles são perseguidos pela polícia e sofrem

violações de direitos nas abordagens, com a polícia se utilizando de estratégias ilegais para puni-los. Mas também os caracteriza como “danadinhos” e entende que eles dão motivos para a polícia tentar incriminá-los, por muitas vezes não terem condutas e comportamentos alinhados com o ideal de “cidadão de bem” estabelecido pelo Estado, legitimando, de certa forma, essa higienização social com corpos que carregam marcadores sociais e subjetividades que se diferenciam desse ideal. Essa contradição expressiva nas falas de J. se estende ao relacionamento com seu filho, ao passo que buscava enquadrá-lo nesse ideal, o culpabilizando quando era vítima de alguma violência de Estado ou quando se colocava em certas situações que a entrevistada acreditava que o tornava um alvo da polícia.

A entrevistada também expressa em suas falas como sua subjetividade é tomada pelo sentimento de raiva em relação aos policiais, se estendendo inclusive para os que não têm relação com a morte de seu filho, e é notório como suas ações são influenciadas por esse sentimento que a toma, tendo em vista que desde a morte de M. passou a confrontar mais com policiais, muitas vezes até mesmo de forma descabida e com certa agressividade. O mesmo processo aconteceu com seu filho depois de sofrer violência física e psicológica em uma abordagem. Portanto, a entrevistada revela como violência policial deixa marcas subjetivas profundas que refletem no modo de agir e pensar que muitas vezes fortalece o ciclo de violência existente nas periferias.

Outra marca subjetiva que reflete nos modos de agir e pensar da entrevistada foi deixada pelas ameaças e perseguições, feitas de forma implícita, desde que passou a investigar a morte de seu filho e a compor o movimento de resistência e denúncia à violência policial. Quando essa coerção velada passou a afetar seus familiares, pessoas que, em suas palavras, “não têm culpa (de ela estar militando contra a violência de Estado)”, ela se afastou da luta política, da investigação da morte de M. e do movimento que compunha. Ou seja, a ideia de ela ser responsável pelo sofrimento de alguém que não escolheu viver como ela, que “não merece” a violência de Estado, influenciou na forma de resistir e no seu processo de luto também, tendo em vista que esse afastamento agravou seu sofrimento psíquico. Assim, pode-se perceber mais uma vez uma culpa individual sendo assumida por um problema sistêmico e institucional, que é a violência policial.

Quanto a esse afastamento da luta, a entrevistada retrata como isso repercutiu negativamente em sua saúde mental, especialmente por, ao não compor mais o movimento, não encontrar mais pessoas com quem poderia desabafar, compartilhar seus sentimentos, receber apoio emocional, o que prejudicou significativamente seu processo de luto. Essa saída do movimento, somada à própria vivência sofrida da perda de seu filho, fizeram com que se agravasse a dor emocional e os sintomas desse sofrimento vivido, como a compulsão alimentar, os sentimentos de tristeza, melancolia e raiva, o isolamento social. Portanto, a entrevistada expressa como a vivência no coletivo foi capaz de criar novos sentidos subjetivos positivos para sua saúde mental e seu processo de luto, relatando que esses sentimentos ruins eram ressignificados e aliviados com a ajuda da líder do movimento e com o compartilhamento com as demais mães, além de a própria perda ganhar um novo sentido subjetivo de impulso para a luta por justiça. Revela, portanto, como a participação no movimento social é potente para a criação de novos sentidos subjetivos, produzindo subjetividades que resistem à norma excludente imposta e às forças opressoras instituídas, e como a luta política, através dessas novas significações, possibilita um processo de luto mais saudável.

c. T., mãe de P.

A terceira entrevistada foi uma mulher branca de 42 anos, moradora do Jardim Vaz de Lima há 4 anos, e se mudou para esse bairro após da morte de seu filho, P., justamente por reconhecer que a antiga residência, no Capão Redondo, é muito mais violenta e por acreditar que o assassinato de seu filho foi reflexo dessa violência explícita. Foram localizados diversos núcleos de significação na fala de T., sendo o primeiro deles: **“Então não existe nenhum tipo de política que melhore nem de um lado nem de outro”**. Aqui a entrevistada se refere ao abandono da sociedade civil e o abandono das instituições, como a policial, por parte do Estado. O núcleo resultou de algumas de suas percepções referentes à atuação deste na sociedade e nas suas instituições e as consequências dessa atuação. Ela cita algumas vezes na entrevista como percebe que o Estado é negligente e desampara em todas as esferas das quais tem compromissos. Esse descaso, segundo T. reflete na periferia com o pouco acesso a políticas públicas que propiciam oportunidades de vida, o que gera nela um sentimento de esquecimento e de abandono a partir do momento em que mora em regiões de maior vulnerabilidade social. Afirma, ainda, que essa ausência

de intervenção estatal se estende às instituições estatais, como é o caso da polícia, que segundo T., deixa de ter um amparo do Estado que garante salários dignos, valores bem consolidados, abordagens seguras e baseadas na lei etc. Na sua opinião, esse descaso com a instituição policial tem como consequência um problema que denuncia em diversos momentos da entrevista, que é a corrupção, que faz com que policiais deixem de realizar sua função de garantia da segurança pública e passe a atuar de acordo com seus próprios interesses.

Essa negligência denunciada pela participante culmina, portanto, em diversas problemáticas sociais vistas na periferia. Por exemplo, o desamparo estatal que leva ao acesso precário às políticas públicas instituídas prejudica que a população tenha oportunidades que os ajudem a ter melhores condições de vida, recorrendo, muitas vezes, à criminalidade como alternativa para uma suposta ascensão social, o que contribui com o problema da violência nas periferias. No caso do desamparo na instituição policial, faz com que a própria polícia crie suas próprias práticas e políticas, o que leva frequentemente a abordagens pouco fundamentadas nas leis e nos direitos humanos, a fim de beneficiar a si mesmos e não necessariamente promover segurança, resultando nos tantos casos de violência policial. T. diz acreditar que a morte de seu filho foi um reflexo disso, já que o policial que o executou era novo na corporação e é comum os policiais ganharem bonificações ou serem promovidos a partir de “grandes abordagens” que fazem. A entrevistada conta que no caso de seu filho, P., foi criada uma cena pelos policiais, para parecer que estavam confrontando com traficantes, porém diz que a história foi distorcida, provavelmente para beneficiar o policial, e P. pagou com a vida por essa abordagem descabida e forjada. Portanto, esse descaso na polícia também favorece o ciclo de violência contra pessoas periféricas.

Dessa forma, cria-se o que T. chama de “campo de guerra” nas periferias, onde nem a instituição policial tem o respaldo necessário para garantir um trabalho dentro do esperado, nem a população periférica recebe o amparo necessário para ter melhores condições de vida sem precisar recorrer ao envolvimento com o crime para sobreviver o que, conseqüentemente, diminuiria a violência e o confronto armado que leva tantas vidas, como a de P. A entrevistada diz ainda que “a polícia está de um lado tentando a sobrevivência dela e a gente está do outro, no nosso território, tentando a nossa sobrevivência”, acreditando, portanto, que essa posição contrária é

resultado do descaso geral do Estado. Com isso, nota-se que a participante enxerga a questão da violência policial como um problema estrutural e institucional, no qual responsabiliza principalmente o Estado e o fato de não cumprir com os deveres previstos. Sendo assim, é possível perceber em seu discurso como é difícil viver como mulher periférica, tendo em vista que isso significa ser alvo constante de uma possível ameaça à sua vida e como existe uma preocupação constante com a sobrevivência sem qualquer amparo e recurso para tal, graças ao abandono estatal. Ela expressa o desafio que é viver numa sociedade com um Estado negligente e sofrer na pele as consequências e problemáticas sociais que desembocam disso.

O próximo núcleo de significação se chama “[...] tá vendo um policial abordar um trabalhador [...] E está batendo na cara (dele) [...] e você tem que passar, abaixar a cabeça e não falar nada, se falar você também apanha.”, e nele T. relata como é a relação da população com a polícia quando esta se faz presente nas periferias e como isso reflete na forma que a população ocupa o próprio território. Fica claro, pelas falas da entrevistada, que essa presença é violenta e opressora, o que interfere no modo de existir no território, de modo que a população evita sempre que pode esse contato, justamente pelo medo do que esse contato pode trazer para si, e quando não é possível evitá-lo, buscam tomar todas as medidas possíveis para se comportarem de modo a não se tornarem as próximas vítimas da violência policial. Ou seja, esse medo e falta de confiança expressos pela participante fazem com que ela e os demais moradores da comunidade mudem seus modos de ser e de existir, apagando de certa forma suas subjetividades, não agindo de acordo com seus valores e desejos, a fim de encontrar formas de ocupar o território que diminuam as chances de serem violentados, como não frequentando certos pontos onde a polícia se faz mais presente, não saindo sem documentação, entre outros exemplos dados por T.

A entrevistada diz ainda que quando presenciam essa violência que vive em constante ameaça de acontecer, não podem se posicionar ou questionar a abordagem, justamente por saberem que também podem se tornar vítimas da mesma violência ao confrontar o poder absoluto estabelecido por essa instituição. Conta que deixar de se posicionar em situações como essas, que ferem seus valores e crenças, “te tira do seu eu”, ou seja, ela relata ter que passar por um processo de subordinar-se à instituição policial para evitar ser vítima dela, e como essa subordinação é

acompanhada por um assujeitamento, já que não pode se comportar e ocupar o território como faria, conforme subjetivamente existiriam, por ter sua vida ameaçada se não aceitar essa violação de direitos. Portanto, as experiências narradas pela participante revelam como a posição de poder imposta pela polícia nas periferias, muitas vezes através do uso da força e da ameaça, funciona como um meio de manipulação e controle de subjetividades, criando direta ou indiretamente, graças ao medo despertado, subjetividades dóceis, onde as abordagens violadoras de direitos são aceitas e esse poder absoluto não é ameaçado. Assim, a certeza da impunidade policial é garantida e os sujeitos periféricos são completamente moldados coercitivamente para manter o *status quo* desigual e violento.

Além disso, a entrevistada narra em diversos momentos da entrevista uma falta de confiança coletiva, existente entre as pessoas moradoras de comunidades, em relação à figura da polícia e ressalta que ela se sente assim desde antes de perder seu filho para a violência policial, mas que essa desconfiança aumentou depois do ocorrido. Diz ainda que esse sentimento é resultado das inúmeras violências experienciadas e presenciadas na periferia por parte dessa instituição, que faz com que seu papel principal, de proteção, seja visto por ela como mentiroso, e, portanto, contribui para que conte com a polícia para a garantia da própria segurança. Expõe ainda que ela não buscaria a polícia em situações de perigo e vulnerabilidade e que acredita que muitas pessoas fazem o mesmo por temerem ficar em uma situação de vulnerabilidade ainda maior ou se exporem a mais violência com a presença da polícia na cena. T. mostra em suas falas como diversos problemas sociais e situações de vulnerabilidade social presentes nas periferias, como a violência doméstica, poderiam ser evitadas se tivessem uma instituição com quem pudessem contar e sentissem que têm respeito e proteção. Expressa isso quando diz, por exemplo: “Por isso que muitas vezes acontece violência doméstica, briga, e as pessoas não dão parte, não chamam a polícia. Às vezes as pessoas perguntam ‘por que não chamou a polícia?’, porque às vezes é muito mais violento.”

Assim, ela denuncia a complexidade de viver constantemente com medo da polícia em decorrência das frequentes situações de violência causadas por essa instituição, ao passo que esse medo reflete na forma de encarar o mundo e de se relacionar com ele, partindo sempre do princípio de que não têm uma instituição, alguém com o poder e os recursos para auxiliá-los quando se veem vulneráveis. A

entrevistada escancara a situação de completo desamparo, no que tange à segurança pública, que a população periférica vive desde sempre, e expõe também os desdobramentos que a falta de uma instituição democrática e que garanta o direito à segurança faz nas comunidades, já que fortalece o ciclo de vulnerabilidade social existente.

Outro núcleo de significação é **“Então existe sentença de morte, só não existe no papel, na lei, mas a gente sabe que existe, e infelizmente é com as pessoas que mais sofrem, as pessoas que são da periferia, os pretos, é esse grupo que mais sofre com isso”**. Durante a entrevista, T. relata perceber que a polícia atua de forma a determinar quais vidas podem e quais não podem existir, e conta ainda como esse critério de escolha leva em consideração principalmente a raça, histórico com a polícia e a classe social dos indivíduos, escancarando a desigualdade de tratamento nas práticas policiais, que pela Constituição deveriam ser imparciais e fundamentadas apenas pela lei, por determinar que todos são sujeitos de direitos. Assim, é possível notar como essa instituição, conforme já apontado anteriormente pela entrevistada, tem as violações de direitos legitimadas pelo descaso do Estado com a atuação das polícias, e fica explícito como os corpos indignos e “não vivíveis” para a polícia são os pretos e periféricos.

Assim, pode-se perceber no discurso de T. como existe um reconhecimento das ações necropolíticas do Estado materializadas na violência policial, e como elas são uma forma de higienização social, já que ocorrem de forma desigual, afetando principalmente sujeitos marginalizados. Dessa forma, é possível notar na fala da entrevistada o sofrimento que reside no fato de ser e conviver com pessoas que são alvos desse poder necropolítico do Estado e temer pela própria vida por conta dos marcadores sociais que carrega. Ela expressa explicitamente como a desigualdade social aflige e afeta esses corpos menos dignos para o Estado, uma vez que existe uma dura penalidade para esses sujeitos, muitas vezes pagando com a vida em casos de cometimento de delitos ou não, mas para jovens moradores de regiões mais abastadas, de classes sociais mais altas, o tratamento recebido pela polícia é totalmente diferente. Conviver e saber que seu filho foi vítima justamente dessa injustiça social e dessas ações necropolíticas, que promovem uma higienização social, é algo trazido com pesar pela entrevistada.

Em seguida, outro núcleo de significação foi intitulado “[...] **eu não luto só pelo P. (filho morto pela polícia), eu luto pelos outros jovens, pelas outras pessoas também**”. A participante conta como, por mais que já tivesse conhecimento e reconhecesse a ameaça constante de violência por parte da polícia que os sujeitos periféricos sofriam, nunca imaginava que seu filho ou alguém tão próximo de si pudesse ser vítima fatal dela. Ela narra como esse acontecimento a despertou para o fato de qualquer pessoa poder perder a vida dessa forma, já que a violência policial decorre de um problema estrutural e institucional, portanto, enquanto o Estado não a encarar como tal e adotar medidas que busquem de fato reformar o sistema de segurança pública, outras pessoas continuarão sujeitas a essa violência. A entrevistada também expressa como essa vivência e a compreensão advinda dela tornou-a mais empática com todas as pessoas e isso refletiu na forma que resiste à violência policial hoje. Isso porque essa percepção do caráter estrutural da violência policial deu outro sentido à sua luta, agora não mais fazendo-a de um ponto de vista pessoal, apenas por seu filho, mas lutando para que não venham a existir outras vítimas como ele.

Com isso, percebe-se uma significação incorporada pela entrevistada a partir dessa vivência traumática que repercutiu positivamente no seu processo de luto e luta por justiça, tendo em vista que mudou sua perspectiva do sentido para lutar, o que a fortalece e garante seu engajamento por mais tempo. Além disso, despertou em T. um sentimento maior de empatia para com todas as pessoas, portanto, pode-se dizer que essa vivência traumática foi resignificada de modo a fortalecê-la e fortalecer a luta política.

Outro núcleo capturado ganhou o título de **“Meu filho morreu duas vezes: uma porque eles mataram e outra porque a sociedade matou ele como se fosse um bandido”** e nele foi retratada sua visão a respeito da mobilização social em relação à morte e luta por justiça no caso de P. É notório na fala da participante a presença de uma expectativa de ter a sociedade civil como aliada ou pelo menos como apoiadora, mesmo que não compondo ativamente a luta, justamente partindo da compreensão de que a polícia e a sociedade civil, especialmente no caso da população periférica, estão em lados opostos do que ela chama de “campo de guerra” e que, portanto, todos os cidadãos podem ser vítimas da violência e opressão policial, cabendo a eles denunciar e lutar contra esses casos. Contudo, T. relata que não

recebeu esse apoio que esperava, pelo contrário, foi muito julgada pela sociedade por lutar pela justiça da morte de P., sendo muitas vezes diminuída, hostilizada e seu filho acusado de ser alguém que T. tinha convicção que ele não era. Ela narra o sofrimento advindo dessa falta de apoio e do julgamento recebido pelo que aparenta ser o único lugar que ainda sentia que podia contar com o apoio, já que em relação ao poder público, já havia aceitado o abandono e a falta de amparo.

Além disso, em diversos momentos da entrevista foi possível reparar que T. enxerga grande valor e importância na mobilização social na luta contra injustiças que a própria população é vítima, acreditando na força do coletivo, principalmente quando este é composto por diversos atores. Ela chega a dizer que ela e as demais mães sentem mais força na luta quando são acompanhadas de atores da sociedade civil que não foram vítimas da violência policial, mas que acham válida a causa. Levando em consideração a dificuldade relatada pela entrevistada da luta com o poder público, principalmente quando essa luta é travada contra policiais, cuja impunidade é garantida na grande maioria dos casos, a mobilização de um grande contingente de pessoas diminui de certa forma essa dificuldade, fortalece e dá mais recursos a esse enfrentamento.

Portanto, a entrevistada expõe justamente a dificuldade de resistir com tão pouco apoio, recursos e com essa sensação de abandono e julgamento por parte do poder público, mas principalmente pela sociedade, à qual esperava ter maior suporte. Com isso, é perceptível a importância que o apoio de instâncias sociais tem no árduo processo de luta por justiça, e como o abandono e a ideia de enfrentar uma luta com tantos obstáculos colocados pelo poder público, promove ainda mais sofrimento e facilita que as mães desistam do processo e que, mais uma vez, a impunidade por crimes cometidos por policiais seja garantida. Esse enfrentamento tão difícil quando acompanhado por aliados promove saúde mental, diminui os danos que o processo repleto de violações de direitos pode causar e aumenta as chances de obtenção de justiça, por fortalecer a luta e as mães das vítimas.

Ainda sobre a dificuldade de enfrentar o processo de buscar por justiça pela morte de seu filho sem apoio do Estado, de qualquer organização ou instituição e de boa parte da sociedade civil, a entrevistada conta como se fortaleceu ao receber o apoio, mesmo que em curta escala, dos atores e parceiros do movimento social que

participa. Ela descreve em alguns momentos da entrevista como o processo foi repleto de humilhações, burocracias, dificultadores, e o quão cansativo foi resistir. Ela conta que continuou lutando apesar de tantas dificuldades, ainda que muitas dessas tenham sido colocadas, na sua opinião, propositalmente para o Estado enfraquecer e fazê-la desistir do enfrentamento que ameaça o poder absoluto da polícia. Segundo o que relata, o que motivou sua resistência em meio a tanta dificuldade e humilhação foi a convicção de que seu filho estava sendo acusado injustamente, já que a versão contada pelos policiais que executaram P. é que ele era um traficante que estava em um ponto de drogas e começou um confronto armado com a polícia que resultou em sua morte. Essa falsa acusação despertou em T. um forte sentimento de indignação e ela diz que não podia aceitar que seu filho morresse como culpado por fazer algo que ela está convicta e que existem provas de que ele não fez. Essa vivência fica clara quando diz: “Por isso que eu estou falando, a persistência, a luta, de levar um não na cara e não desistir, por você saber que você está lá por um propósito que é verdadeiro, você vai conseguir”.

Outro fator que aparece em seu discurso e parece ter sido crucial para que continuasse resistindo na luta foi o apoio das poucas pessoas que validaram e acreditaram na sua denúncia, muitas delas participantes ou aliadas do movimento do qual faz parte. Em meio a tantos “nãos” e julgamentos encontrados no processo, quando T. encontrava pessoas que acreditavam e queriam ouvir sua versão da história, isso a fortalecia para continuar lutando por justiça e ter esperança de que sua luta não seria em vão. Isso mostra, mais uma vez, a importância de existirem atores que apoiam as mães nesse processo tão doloroso, aumentando assim as chances de se obter justiça e diminuindo o sofrimento do processo. Assim, os movimentos sociais provam ser dispositivos muito potentes para o fortalecimento das mães e enfrentamento de dificuldades colocadas pelo Estado em situações de confronto e denúncia a suas instituições, tendo em vista que esse dispositivo propicia o apoio social, através dos seus participantes e parceiros, e a reafirmação dos direitos e das motivações para a luta, necessários para seguir resistindo mesmo em condições tão difíceis, levando em consideração que as mães das vítimas enfrentam, ao mesmo tempo, um luto muito doloroso e uma luta muito árdua.

Já o núcleo de significação seguinte levou o nome de **“E ela ficou com a dor maior, ela que não tinha nada a ver com isso, que era mãe, que gerou.”** A

participante cita durante a entrevista diversos prejuízos à sua saúde mental que foram deixados pela situação de perder seu filho para a violência policial, e ainda diz que acredita que as mães sejam as principais vítimas dessa violência, tendo em vista que são elas que têm que conviver com o que ela caracteriza como o maior sofrimento e que não existe nada que acabe com ele, mesmo não tendo feito nada para merecer viver nessa condição. Relata, portanto, uma situação de injustiça que elas têm que conviver pelo resto da vida e a dor advinda dessa injustiça, levando em consideração que ela veio de uma ação que elas não controlaram muito menos escolheram que acontecesse.

Assim, é possível perceber pela fala de T. como o luto em situações de violência policial é complexo, já que envolve muitas camadas que sustentam esse sofrimento e muitas injustiças que resultam nessa dor que ela caracteriza como eterna. A entrevistada escancara, a partir disso, que o luto e o sofrimento psíquico possuem muitos atravessamentos políticos e sociais, portanto é essencial para o tratamento desse sofrimento, por mais que sempre, considerar esses aspectos para diminuí-lo.

O seguinte núcleo de significação se chama **“Então ali quando ela me contou a história dele foi uma conexão, e dali em diante eu falei ‘é aqui que eu me encontrei’”**, e ele retrata como a participação no movimento durante a investigação e luta por justiça pela morte de P. foi de extrema importância para seu bem-estar emocional e expressa de que forma o movimento propiciou esse apoio para si. Ela conta que decidiu compor esse coletivo após ter uma conversa com a líder dele, e nessa conversa as mulheres compartilharam suas experiências, impressões e sentimentos relativos às mortes de seus filhos e o processo de enfrentamento da injustiça sofrida. Ela diz que nessa troca houve uma forte conexão e descreve também um sentimento de identificação com a líder do movimento, pelas vivências se assemelharem tanto, fazendo com que se sentisse perfeitamente compreendida num momento tão difícil, e isso foi determinante para que decidisse participar do movimento.

Quanto à sua permanência na composição do movimento mesmo após anos, T. expressa o significado que ele tem para si. Ela descreve essa experiência como uma grande rede de apoio emocional e de luta, já que é na vivência coletiva, de

compartilhamento e de fortalecimento mútuo, baseada na identificação umas com as outras, que elas conseguem ocupar espaços em busca de justiça e conseguem se apoiar, promover um lugar de escuta e acolhimento, diminuindo, assim, o sofrimento que sentem e avançando na luta contra a violência policial ao mesmo tempo. Essa questão da identificação que existe entre as mães, expressa por T., mobiliza, portanto, a existência desse dispositivo e garante a sua potência. Do ponto de vista da sua potência política, a identificação entre mães que perderam os filhos nessa condição faz com que todas se sintam representadas por algumas, mesmo quando não podem se fazer presentes em todos os momentos da luta, o que impulsiona a participação política e a ocupação de espaços importantes para avançar na luta por justiça. E do ponto de vista da potência do dispositivo como produtor de saúde mental, essa identificação acompanha uma relação de horizontalidade apontada pela entrevistada por exemplo ao dizer “O meu filho não é melhor que o filho dela, nem o filho dela é melhor que o meu, são todos iguais” para expressar como se conectou com a líder do movimento. Essa horizontalidade favorece que as mães se sintam compreendidas e encontrem um lugar seguro, onde podem se expressar sem medo de serem julgadas ou mal compreendidas, como já experienciado por T., o que lhe causou grande sofrimento.

Portanto, o processo de identificação é essencial para garantir que esse dispositivo continue existindo e que sua potência de produção de saúde mental e luta por justiça social continue garantida. Levando isso em consideração, a entrevistada escancara como a vivência em coletividade se mostra um aspecto crucial da garantia dessa potência, já que sua fala explicita como o que a mobilizou participar do movimento foi justamente o compartilhamento de histórias que teve inicialmente com a líder do movimento, mas o que a mantém nele são as experiências que divide coletivamente com todas as participantes, apoiando-se mutuamente na luta e no luto e fortalecendo-se nesse processo.

O último núcleo de significação foi intitulado “[...] **eu não vivi o meu luto, meu luto foi a luta [...]**”. Ele exhibe certo paradoxo existente na vivência do luto em conjunto com a luta no caso de T., ao passo que ela diz “E quando eu não estava mais na luta, que eu parei, eu fiquei doente, mas querendo ou não eu já estava mais fortalecida, porque eu falava ‘não, eu preciso continuar aqui pra ver o resultado disso tudo, eu tenho que ver, eu tenho que continuar.’”, e conta que só começou de fato a

viver o próprio luto quando deixou de investigar a morte de seu filho, entregando a investigação para o ministério público. Nesse momento, ela se afastou da luta, e expressa como essa fase foi muito dolorosa, contando inclusive que foi quando de fato assimilou todo o processo e todos os acontecimentos que havia vivido, mas que também foi quando mais sofreu. Porém, ao mesmo tempo ela descreve a luta e a composição do movimento como essenciais para sua saúde mental, para que pudesse enfrentar seu luto, logo após a morte de P., de uma forma mais saudável e leve. Portanto, por mais que fale que não havia vivido o próprio luto até parar de investigar a morte de seu filho, é possível entender pelas falas da entrevistada que na verdade ela estava sim vivendo o processo de luto, contudo sua energia e seus afetos não estavam voltados para a perda, e sim para a luta, ou seja, que essa perda foi ressignificada logo no início do processo de luto antes mesmo de ser assimilada.

A entrevistada diz ainda, mais adiante na entrevista, que por mais que tenha vindo a viver o processo de enlutamento e a melancolia da perda apenas quando de fato parou e teve o tempo e suas energias voltadas a processar a situação, ela acredita que ter vivido a luta em conjunto com o luto no seu momento inicial foi o que garantiu que hoje estivesse viva, já que a luta a fortaleceu e facilitou o enfrentamento da melancolia quando parou de voltar suas forças para a investigação. Portanto, pode-se perceber pelas falas de T. que o engajamento com atividades que ressignifiquem a perda, que dão sentido para continuar vivendo, é indispensável para um processo de luto mais saudável. No caso da entrevistada em específico, a mobilização política, a composição do movimento e a luta por justiça pela morte de P. assumiram essa função de ressignificação da perda. Contudo, vale destacar também a importância da reflexão de sentimentos e elaboração da perda que, segundo expresso pela entrevistada, no seu caso só ocorreram realmente quando ela deixou de lutar ativamente. Pode-se concluir, portanto, que essa parte de entrar em contato com as próprias emoções ocorreu após alguns anos da perda para T., e foi essa carga emocional enfrentada subitamente que provavelmente a afetou tão fortemente. Assim, considerando que muitas vezes a única rede de apoio e de cuidado em saúde mental encontrada pelas mães são os movimentos, é válido o apontamento da importância do cuidado emocional também nesse dispositivo, para evitar esse impacto negativo que T. teve quando deixou de só agir/lutar e parou para pensar/sentir.

O discurso de T. revela algumas significações que valem ser ressaltadas. A primeira delas é a compreensão de que o Estado é negligente e se abstém das suas responsabilidades em todas as instâncias que deveria se ocupar, como por exemplo na sociedade civil e nas instituições públicas. Esse abandono estatal é o que, segundo a entrevistada, resulta no problema da violência policial, caracterizando esse fenômeno, portanto, como inteiramente institucional e estrutural. T. diz que a periferia vive uma realidade de “campo de guerra”, com o enfrentamento sendo travado entre a população periférica e a instituição policial, que ocupa esse território, e que esse cenário violento é consequência do desamparo do Estado com essas instâncias. No caso da sociedade civil, o desamparo se dá pela falta de oportunidades de vida oferecidas por meio do acesso aos próprios direitos, através de políticas públicas eficientes, que garantiriam a possibilidade de ascensão social sem precisar recorrer à criminalidade e demais alternativas que envolvem uma violência iminente.

Já no caso da instituição policial, o Estado se faz ausente não acompanhando o trabalho realizado pelas diferentes polícias, não se preocupando com a consolidação dos valores e práticas dessa instituição, resultando em uma atuação pouco baseada em preceitos democráticos e na legislação, não se ocupando do oferecimento de boas condições de trabalho, em bons salários etc. Assim, cria-se margem para uma intervenção policial violenta e corrupta, onde realiza-se um trabalho pouco preocupado com a ética e os direitos humanos e prioriza-se interesses próprios da corporação e dos policiais, o que muitas vezes significa o uso da violência para alcançar determinados objetivos. Portanto, segundo a perspectiva da entrevistada, a realidade nas periferias se torna uma constante luta por sobrevivência, contando apenas com si mesmos e buscando defender-se do Estado que hora abandona e hora oprime (quando materializado na figura da polícia).

A entrevistada também conta um processo de assujeitamento que os moradores das comunidades têm que passar a partir do momento em que convivem cotidianamente com a polícia nos próprios territórios. Essa presença frequentemente acompanha a imposição de poder pelo uso da força, da ameaça, da humilhação, ou seja, com violência e violação de direitos em geral. Isso faz com que ela e as demais pessoas ocupem e existam em seus territórios de uma determinada forma que evite justamente ser vítima dessa violência, e isso muitas vezes implica um modo de existir não alinhado com os próprios valores e desejos, ou seja, apagando a própria

subjetividade por saberem que muitas vezes certas expressões subjetivas não são aceitas pela instituição policial e os torna alvos de sua opressão. Esse assujeitamento acompanha, portanto, uma subordinação à instituição, especialmente em situações descritas por T. em que são presenciadas abordagens violentas e as pessoas são obrigadas a aceitar, a sujeitar-se àquela situação que não concorda por medo de se tornar a próxima vítima, caso se posicione contra a opressão testemunhada. Portanto, é possível ver novamente, pela fala da entrevistada, como as subjetividades são moldadas pela instituição policial e como a apropriação do próprio território é dificultada pela presença dessa.

Outra significação observada é o entendimento de que a posição opressiva assumida pela polícia nas periferias é algo que fortalece a condição de vulnerabilidade social vivida. Isso porque o fato de a população sentir que não tem com quem contar, que estão completamente abandonados pelo Estado devido à falta de acesso a políticas públicas que implementem os direitos constitucionais, não tendo, portanto, apoio para superar e para evitar situações de vulnerabilidade social, mas além disso, o Estado também oprime e violenta quando se faz presente na figura da polícia, o que faz com que a população não confie na sua atuação para auxiliar em situações críticas de vulnerabilidade social. Portanto, T. vê a polícia também fortalecendo o ciclo de violência e vulnerabilidade nesse sentido, já que acredita que a função de proteção social destinada à instituição policial não é de fato executada, pelo contrário, muitas vezes ela causa ou piora situações de insegurança.

T. também escancara como as ações policiais executam uma necropolítica e uma higienização social, tendo em vista que é notória a desigualdade de tratamento a depender da classe social, raça e histórico com a polícia que cada indivíduo tem. Ela diz ainda que percebe que a polícia tem o poder de determinar quais vidas podem ou não existir e que, portanto, a pena de morte é executada e legitimada pelo Estado, mesmo que de forma velada. Ela revela, portanto, como é viver sentindo a constante ameaça de perder a própria vida em decorrência da sua condição social, sem nem sequer realizar delitos, muitas vezes, e acreditando que seu filho foi vítima justamente de uma das várias ações necropolíticas, pagando com a vida apenas por ser quem era, por existir num corpo menos digno de existir, segundo as determinações dessa instituição com poder praticamente soberano.

É muito expressiva a percepção que T. tem de que a sociedade civil, em especial a população periférica, e o Estado existem em lados opostos, um lutando contra o outro. Isso parece resultar em uma expectativa na entrevistada de que a população se apoie mutuamente em situações em que o Estado violenta ou pratica injustiças contra alguma pessoa periférica, ainda mais pelo entendimento que passou a ter depois da morte de P. de que qualquer pessoa está sujeita a se tornar vítima do Estado. Essa expectativa foi duramente frustrada durante o processo de investigação e luta por justiça após a morte de seu filho, em que ao invés de encontrar a mobilização social esperada e tão valorizada, recebeu julgamentos, falta de apoio e mais acusações falsas, coisas que já estava recebendo do Estado e que já havia aceitado há tempos, por entender que o Estado é de fato “o inimigo”. Perceber-se completamente sozinha, sem apoio e desacreditada foi algo que gerou muitos sentimentos ruins na entrevistada e que dificultou seu processo de luta por justiça. Foi apenas durante esse processo que encontrou pessoas que acreditaram, validaram e apoiaram ela, como por exemplo pessoas que compunham e eram parceiras no movimento social que ela passou a participar, e fica clara em sua fala como essas pessoas a impulsionaram e tornaram o processo muito mais fácil e menos sofrido. Portanto, essa questão do abandono x apoio claramente é muito importante para a entrevistada e interfere na forma como se sente e como age.

Sobre o apoio recebido pelas demais mães do movimento e parceiros dele, a entrevistada conta como a participação nesse coletivo foi de extrema importância para ela, já que foi um dos poucos lugares onde encontrou apoio emocional e político, facilitando o processo de investigação da morte do seu filho, principalmente através do envolvimento com a líder e o advogado do movimento, que facilitaram as burocracias envolvidas em diversos momentos, e contando com as conversas e trocas entre as mães para ter o acolhimento e entendimento que buscava. Ela conta ainda que a identificação que uma mãe sente com a outra foi uma parte crucial para que essa conexão entre as mães fosse estabelecida e para que sua potência emocional e política fosse garantida, ao passo que a semelhança entre as histórias tornava o vínculo muito mais fácil. Apesar disso, a entrevistada compreende que o sofrimento que elas sentem sempre vai existir, por mais que o movimento consiga aliviá-lo de diferentes formas.

O processo de luto da entrevistada foi muito particular e fortemente acompanhado pelo engajamento na luta por justiça, expressando certa ambiguidade quanto a como essa participação política afetou seu luto. Ela diz que sente que só viveu de fato o próprio luto quando deixou de investigar a morte de seu filho e se afastou do movimento, mas, por outro lado, afirma que a participação no movimento e o engajamento na luta foram essenciais para tornar seu processo de luta mais fácil e para fortalecê-la. Portanto, é possível perceber que no caso de T., a participação no movimento e a vivência da luta ao mesmo tempo em que vivia seu processo de luto contribuiu para ressignificar a perda sofrida, para fortalecê-la e para lhe dar um sentido para continuar vivendo, mas o pouco contato com seus sentimentos durante esse processo fez com que não vivesse seu processo de luto de uma forma introspectiva e não assimilasse totalmente tudo o que viveu até para de lutar.

6. DISCUSSÃO

A partir dos resultados, é possível perceber algumas significações compartilhadas pelas entrevistadas, e essas serão aqui expostas. A primeira significação presente nos discursos se refere a um entendimento que as participantes compartilham de que a polícia não executa o papel previsto de promoção da segurança pública, e sim que ela, graças à posição de poder legitimada e aceita socialmente, realiza o papel de higienização social. Essa percepção se mostra de diferentes formas nas falas das três mulheres, por exemplo quando T. diz que, pela sua vivência, existe sim sentença de morte no Brasil, apenas não legalmente, ou então quando J. conta a forma como seu filho foi executado, provando que houve intenção de matá-lo, levando em conta a distância em que o tiro foi dado e o relato de seu amigo que testemunhou a morte. Além disso, todas elas concordam e reafirmam que os principais alvos da violência letal da polícia são jovens periféricos e negros, segundo suas próprias experiências. Elas revelam como, nas periferias, onde sempre moraram, a polícia atua de um modo especialmente hostil e violento contra esses sujeitos, muitas vezes até mesmo criando situações para incriminá-los, sem necessariamente terem sido autores de algum delito.

Elas escancaram, portanto, como a desigualdade social é parte intrínseca das abordagens e intervenções policiais, denunciando inclusive como se vê a polícia presente de modos muito menos violentos e mais alinhados ao objetivo de proteção social, em locais afastados da periferia, frequentados por pessoas com melhores condições sociais. A respeito das diferentes vivências com a polícia, a depender do contexto social e dos marcadores sociais que cada corpo carrega, Butler (2019) comenta que por mais que lutamos pelos direitos dos nossos corpos, esses corpos não são apenas nossos, eles possuem uma dimensão invariavelmente pública, sendo assim, a vida social determina a forma como esse corpo vai existir (ou deixar de existir).

Desse modo, é notada a percepção da polícia como uma instituição que não busca promover segurança para a população periférica, pelo contrário, muitas vezes é a causadora de situações de insegurança e violência, e como a população negra e periférica tem a todo o tempo que temer pela própria vida, devido às frequentes abordagens especialmente letais nesse contexto social. Sendo assim, as

entrevistadas relatam o sofrimento de testemunhar e serem vítimas iminentes dessa política de morte que atinge especialmente sujeitos negros e periféricos e nesse caso se expressa por meio de práticas violentas e potencialmente letais da polícia ao ocupar territórios vulneráveis. O direcionamento dessa violência a esses sujeitos indesejáveis é explicitado por Marcht, Mello e Wermuth (2020) em relação aos mecanismos de controle da sociedade que o Estado capitalista adota ao longo dos anos: primeiramente, ele implementa estratégias de moldar os sujeitos de modo que sejam mais dóceis, servindo melhor e sendo mais produtivos a esse sistema, e nesse momento vemos a produção de vidas úteis ao sistema, portanto, implementa-se a biopolítica, porém agora, com a grande massa de corpos não mais úteis ao capitalismo, é mais interessante eliminar as vidas que não servem ou ameaçam a lógica dominante, e assim coloca-se em prática a necropolítica. As entrevistadas denunciam, portanto, como seus filhos foram vítimas desse poder soberano do Estado, exercido pela figura da polícia, onde vidas menos dignas e valiosas para a fase atual do capitalismo são descartadas através de práticas e políticas de produção de morte.

Outro aspecto comum entre as entrevistadas é o processo de subjetivação por elas compartilhado enquanto moradoras de territórios periféricos ocupados pela instituição policial. A presença opressiva de policiais nos territórios em que moram e o testemunho de muitas violências nesses, desde que são crianças, fez com que naturalizassem a violência cotidiana e a posição de poder absoluto imposta, de forma que mesmo que não concordassem com essa realidade, ela já era esperada. Essa aceitação foi contingente ao medo de se tornarem as novas vítimas dos policiais, uma vez que a repressão para quem se posicionasse contra as violências frequentes era dura. Sendo assim, as entrevistadas narram um processo de submissão, que se deu de diferentes formas para cada uma, seguido por um assujeitamento, uma vez que tinham que ir contra seus princípios, valores, crenças, desejos, ou seja, abandonar suas subjetividades para sobreviver nessa realidade. As entrevistadas também narram como a forma de existir em seus próprios territórios tem de mudar graças à presença dos policiais, já que conforme colocado por Lima (2019), existe um sistema político institucional, composto não só pelas polícias, mas também pelos Ministérios Públicos e pelo Poder Judiciário, onde aceita-se e perpetua-se, na vida prática, a divisão da sociedade entre “cidadãos de bem” e “bandidos”. E conforme apontado

pelas próprias entrevistadas, as formas de existir nas periferias são, na maioria das vezes, associadas à bandidagem.

Dessa forma, as mulheres descrevem uma necessidade de comportar-se de modo a evitar a letalidade policial, mudando suas práticas, seus jeitos, os locais que frequentam, os momentos em que ocupam o espaço público, e, em suma, suas próprias subjetividades. Assim, revela-se uma impossibilidade de se apropriar dos territórios em que residem, uma ocupação desafetada e em desacordo com a própria subjetividade, para que possam sobreviver. Segundo Guattari, as subjetividades são construídas em um processo de subjetivação, determinado por vivências individuais, coletivas e institucionais, ou seja, composta por aspectos e relações materiais, históricas, sociais e políticas, e mais especificamente sobre a relação dos territórios com o processo de produção de subjetividades, discorre Guattari

As cidades são imensas máquinas - *megamáquinas*, para retomar uma expressão de Lewis Mumford – produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço, do que de fato engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las. (GUATTARI, 1992, p. 172)

Levando em consideração, portanto, como a relação que se estabelece com o território em que ocupa é uma potente produtora de subjetividade, e também entendendo que as entrevistadas estabeleceram por muito tempo uma relação desinvestida, desafetada e submissa em relação ao próprio território, não se apropriando e ocupando afetivamente ele, pode-se pensar que seus processos de subjetivação ficam prejudicados por não conseguirem estabelecer essa relação por temer as consequências que isso teria, levando em conta a presença opressiva e violenta da polícia.

Outro atravessamento que as subjetividades das participantes sofreram pela polícia ocorreu quando passaram a denunciar e lutar abertamente contra a violência policial. As três narram episódios em que sofreram direta ou indiretamente ameaças de policiais e contam também que a frequência dessas coações aumentou desde que seus filhos morreram, mas especialmente quando começaram a compor, e no caso de S. liderar, o movimento de denúncia e resistência à violência policial. Percebe-se,

portanto, como o Estado lança mão de estratégias não previstas na Constituição, que muitas vezes ferem os direitos dos cidadãos, para proteger suas instituições e manter o *status quo*. No caso das entrevistadas, essas estratégias funcionaram parcialmente, tendo em vista que essas ameaças, especialmente quando direcionadas a familiares e pessoas próximas das entrevistadas, fizeram com que elas mudassem a forma de militar, buscando ficar menos expostas, incomodar menos, e por vezes até se afastando do movimento social, mesmo não sendo algo que elas desejavam fazer.

Assim, pode-se notar como a instituição policial faz não apenas o uso da força física diretamente para submeter os sujeitos, mas também usa recursos menos explícitos para violar e coagir indivíduos a se comportarem de um modo que não ameace sua soberania, sua posição de poder e de impunidade. Assim, pode-se perceber uma atualização da biopolítica como mecanismo de controle, mostrando que as instituições disciplinares não usam apenas práticas de extermínio de corpos indesejáveis ao sistema, como ocorre com a necropolítica, mas também dispõe de práticas coercivas que buscam fabricar sujeitos mais dóceis, mais obedientes e submissos ao poder imposto. O enfraquecimento de dispositivos democráticos, que ameaçam justamente essas instituições que exercem poder e controle de modo antidemocrático, anti ético e ferindo os direitos garantidos na Constituição, é, portanto, um projeto do Estado para manter o *status quo* que garante a continuidade da exploração e da desigualdade necessários e inerentes ao sistema capitalista, e esse projeto se concretiza também na criação de subjetividades à serviço desse sistema.

Também é possível captar nos discursos das três mulheres falas contraditórias a respeito de quem é o responsável pela violência de Estado. Durante boa parte das entrevistas, as três demonstram reconhecer o caráter estrutural e institucional dessa problemática, ao Estado não proporcionar, através do acesso a políticas públicas efetivas, boas oportunidades de vida que possibilitem que a população periférica tenha condições semelhantes às demais pessoas, que não vivem em realidades de vulnerabilidade social, para se desenvolverem e ascenderem socialmente, sem recorrer à criminalidade. Ou ainda, ao Estado não se fazer presente e intervir da forma prevista nas instituições, como por exemplo a policial, o que abre margem a diversos problemas na própria instituição, como é o caso da realização de abordagens não alinhadas com os direitos humanos e com a Constituição, e ainda a impunidade que

o próprio Estado garante para crimes realizados por policiais, muitas vezes em abordagens que resultam em mortes.

Contudo, ainda com esse reconhecimento, em diversos momentos as participantes também demonstram uma crença na responsabilização individual por problemas que já atestaram ser responsabilidade do Estado, por exemplo quando S. sente que precisa e que deveria conseguir dar conta das demandas que chegam do território e das mães do movimento que lidera, onde muitas das vezes essas demandas são justamente por conta da desigualdade e vulnerabilidade sociais presentes no território, ou então quando J. demonstrava tentar ensinar seu filho a se comportar e a ser de uma determinada forma que fosse mais aprovada pelos policiais na periferia e que diminuísse as chances de sofrer violência policial, colaborando para a construção de uma subjetividade mais dócil.

As diferentes e frequentes expressões dessa responsabilização individual que as mães têm, mesmo depois de reconhecerem a participação do Estado frente a todos os problemas, negligência e violências que denunciam, é uma expressão clara de como o neoliberalismo opera na vida delas e compõe suas subjetividades. Sobre o sujeito inserido no neoliberalismo, Costa aponta

Chegamos a um processo de construção de subjetividade não mais regulado pelo ideal burguês revolucionário ou (anti)democrático do individualismo, mas antes pelo ideal da permanente (re)individação. O sujeito é obrigado a ser 'racional', a perseguir os seus próprios interesses, a competir para vencer, a ser absolutamente responsável por todas as suas escolhas e consequências. (COSTA, 2017, p. 366)

Nesse sentido, o sujeito inserido nesse sistema é compelido a tomar decisões para si e a assumir total responsabilidade pelas consequências dessas escolhas, contudo, esse processo de escolha não depende apenas e inteiramente do sujeito, não é possível presumir que ele possui total liberdade para escolher o caminho que desejar ter em sua vida, já que esse pensamento desconsidera fatores políticos, culturais, históricos e sociais que atravessam esse sujeito e determinam as possibilidades de viver que cada sujeito tem. Assim sendo, as consequências dessas escolhas também não podem ser tomadas apenas como responsabilidade dos sujeitos, já que essas consequências também existem em um contexto histórico e social, portanto as determinações deste contexto que dão as consequências de

escolhas que muitas vezes nem foram tomadas diretamente pelos sujeitos, mas que atravessam suas vidas.

Percebe-se, levando em conta o processo de subjetivação do qual Guattari se refere, dentro do contexto atual onde a ideologia hegemônica é a do neoliberalismo, que prioriza o indivíduo acima de tudo e minimiza o impacto das determinações coletivas e sistêmicas, pode-se imaginar que as subjetividades nesse contexto possuem muitas significações onde o individualismo prevalece. Isso pode indicar o motivo de as mães, por mais que tenham um olhar amplo e crítico para os fenômenos que vivenciam, tal qual a violência policial, possuírem muitas significações e reproduzirem falas onde os sujeitos (nesse caso: elas mesmas, seus filhos e as pessoas periféricas) são responsabilizados por realidades e situações decorrentes da realidade institucional, histórica, política, social e cultural em que existem. Pode-se concluir que suas subjetividades foram construídas sob um viés individualista que rege o ideário social no presente momento histórico, político e social.

As três entrevistadas também trazem em seus discursos um forte sentimento de solidão, em decorrência do abandono de todas as instâncias, não contando com o apoio de muitas pessoas ao longo do processo de luta e investigação da morte de seus filhos e ao longo das próprias vidas, precisando constantemente lutar para sobreviver numa realidade tão vulnerável socialmente, onde não há amparo do Estado, onde seus direitos constitucionais não são garantidos, onde suas vidas são regularmente ameaçadas pela instituição policial etc. Essa sensação de desamparo acompanhada ao sentimento de solidão, por precisarem lutar pela própria sobrevivência sem muitos recursos e com muitos complicadores, se agravou na vida das mulheres durante o processo de luta por justiça pelas mortes dos filhos, já que tiveram ainda menos amparo do Estado, pelo contrário, praticamente toda a investigação foi realizada por elas mesmas, sem qualquer auxílio judiciário, financeiro, psicológico de algum órgão ou instituição, e para acrescentar a esse cenário, não tiveram apoio de pessoas da sociedade civil também durante o processo.

S., por exemplo, narra como foi por vezes desencorajada por membros da família a se engajar tão profundamente na luta, sentindo, inclusive que essa parte de sua vida precisava ficar apartada do âmbito familiar e que seu luto não era respeitado e verdadeiramente aceito dentro de sua família. J. também teve muito pouco apoio e

muito julgamento por parte de pessoas da sua família durante a investigação da morte de M., dizendo que precisou escutar frases como: “‘Ah, morreu, tá enterrado, vai viver a vida’, [...] ‘Não corre atrás disso não, porque morreu, não tem o que fazer’” e diz ainda o quanto contava com a participação no movimento para ter pessoas com quem podia falar, desabafar, chorar, pois fora dele não tinha quase ninguém. T. também conta como foi frequentemente julgada e teve sua luta diminuída, como as pessoas reforçavam a acusação falsa que o filho recebeu para justificar sua execução, e é possível notar em sua fala que quando se percebeu duplamente abandonada e julgada, ou seja, pelo Estado e pela sociedade, foi quando experimentou o maior sofrimento no processo de luta por justiça, já que o abandono e falta de apoio do Estado já era por ela esperado, mas imaginava que a população fosse ter maior empatia por uma violência que também estão sujeitos a sofrer.

Essa impossibilidade de viver o luto por essas vidas perdidas, pela recusa social, é reflexo de como funciona o que Butler chama de violência normativa. Conforme falado anteriormente, a violência normativa se trata de uma violência que existe a partir das normas, ou seja, as normas que dominam a ideologia hegemônica é o que autoriza e permite que a violência contra determinados corpos aconteça, e esse corpos se tratam daqueles que fogem justamente dessa norma e lógica hegemônicas, e que, portanto, são mais passíveis de serem eliminadas no mecanismo necropolítico do Estado. (TONELI e BECKER, 2010) Essa violência, por existir no nível da norma, no ideário, compõe as subjetividades dos sujeitos que existem dentro desse sistema e que são atingidos por essa ideologia hegemônica, considerando que as subjetividades são construídas dentro desse contexto. Dessa forma, a normalização e a aceitação da violência contra corpos menos dignos e não normativos é parte das subjetividades coletivamente criadas. Considerando essa perspectiva de que as vidas menos dignas na nossa sociedade têm suas mortes normalizadas, Butler (2015) discorre sobre um cenário de guerra que ajuda a enxergar como se dá o processo de luto coletivo para essas mortes. Ela afirma que a guerra divide as populações entre pessoas cujas mortes são lamentadas e pessoas que não são lamentadas, ou seja, que não são passíveis de luto. Essa não lamentação ocorre pelo fato de que essas vidas nunca foram realmente entendidas socialmente como vidas, nunca foram legitimadas como “vidas vivíveis”. Assim, a autora acredita que o mundo contemporâneo se divide entre vidas passíveis ou não de luto segundo a

perspectiva daqueles que arquitetam as guerras, com a motivação de defender vidas e comunidades específicas (as tidas como dignas socialmente) contra a suposta ameaça das vidas de outras pessoas, mesmo que isso signifique o aniquilamento destas últimas.

Assim, pode-se entender o motivo de esse luto não ser compartilhado ou respeitado coletivamente no caso das mortes de três jovens periféricos. Essas vidas nunca foram reconhecidas como dignas socialmente, por não se enquadrarem à norma e, mesmo quando se diz sobre os membros das famílias desses jovens mortos, logicamente existe empatia pelas mortes, contudo, o motivo de não ser compartilhado esse luto e especialmente de não acharem válido lutar para que a justiça por essa morte seja feita, pode indicar o quanto essa vida era pouco digna, ao ponto que mesmo que tenha sido perdida de forma injusta e violenta, acredita-se que não vale a pena lutar e enlutar-se por ela. Esse ponto mostra como até mesmo sujeitos que também são considerados menos dignos e menos passíveis de luto, por não se enquadrarem à norma, reproduzem tais discursos por terem, assim como todas as pessoas, suas subjetividades marcadas pelas normas hegemônicas que categorizam o valor das vidas existentes, portanto se trata de um processo de subjetivação compartilhado coletivamente, o que implica em significações comuns até mesmo entre “sujeitos dignos” e “sujeitos indignos”.

Essa falta de apoio que traz tanto sofrimento nas entrevistadas é aliviada pela participação no movimento de resistência à violência policial que compõem, onde as entrevistadas relatam receber apoio emocional e político, o que torna o processo de luto e de luta muito mais fáceis. Sobre a vivência do luto em conjunto com a luta política, todas as entrevistadas relatam sentirem que a participação no movimento e o engajamento na luta contribuíram para que tivessem um processo de luto mais saudável. As três demonstram concordar que as experiências envolvidas na luta por justiça organizada no movimento, como a participação de rodas de conversas, de atos e manifestações, entre outras experiências, agregaram no processo do luto, demonstrando terem ressignificado a perda dos filhos através da luta por justiça. A esse respeito, Butler diz: “Enlutar e transformar o luto em um recurso para a política não é resignar-se à inação, mas pode ser entendido como o processo lento pelo qual desenvolvemos um ponto de identificação com o próprio sofrimento.” (BUTLER, 2019, p.51)

É possível ver a potência que a mobilização coletiva com o movimento teve para elas principalmente quando J. e T. relatam como foi o período em que decidiram se afastar do movimento pelas ameaças recebidas e pelo sofrimento que sentiam ao compartilhar com outras mães a certeza da impunidade para tantos casos de violência policial. As entrevistadas contam que se distanciar desse dispositivo significou não ter com quem contar e com quem dividir suas angústias e dores relativas ao luto, e ambas atestaram uma importante piora na saúde mental quando deixaram de compor o movimento.

A potência desse dispositivo democrático, no que tange à produção de saúde mental, se mostra, a partir das falas das participantes, especialmente no apoio mútuo e no compartilhamento de sentimentos e histórias, coisas que muitas vezes só experienciam nesse coletivo, principalmente por uma característica importante dele que todas as entrevistadas pontuaram: a identificação que sentem umas com as outras. As mães relatam sentir que são de fato compreendidas no movimento, o que possibilita a criação de vínculos muito fortes e esse compartilhamento por meio da fala, que é produtor de saúde mental. Sendo assim, as três entrevistadas revelam em diversos momentos como a participação no movimento extrapola sua função inicial de organização política por uma mesma causa e contribui para que tenham um processo de luto mais saudável.

Esse processo ocorre à medida em que no movimento encontram um espaço efetivo de escuta, contando com pessoas que compartilham de dores e experiências semelhantes, com quem podem desabafar sem julgamentos e sem sentirem-se incompreendidas -coisa que, como visto anteriormente, não ocorre com muitas mães fora desse espaço- e à medida que podem continuar tendo contato com seus filhos, mas de uma forma ressignificada. Em relação à potência do coletivo das mães garantida pela identificação que uma sente em relação à outra, se mostra relevante que mais estudos sejam realizados a fim de intensificar a investigação dessa questão nos movimentos sociais, buscando assim uma maior coesão grupal, o que colabora para a promoção de saúde mental e o fortalecimento da luta política. A respeito dos benefícios da vivência do luto compartilhado e experienciado coletivamente, cabe a seguinte colocação de Butler

Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, nesse sentido, despolitizante. Acredito, no entanto, que o luto

fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o “nós” é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra; ou melhor, podemos argumentar contra, mas estaríamos negando algo fundamental sobre as condições sociais da nossa própria formação. (BUTLER, 2019, p.43)

Dessa forma, relacionando com a compreensão de Guattari a respeito da potência que os agenciamentos coletivos de enunciação possuem, tal qual os movimentos sociais, no que tange à produção de subjetividades, já que eles funcionam desconstruindo modos de subjetividade já dados e instituídos pelas instituições hegemônicas e criando novos modos de subjetividade singulares por meio da resistência contra esse sistema de normas e valores impostos, é possível perceber como as entrevistadas puderam, com o engajamento político, constituir novos signos e novas formas de subjetivação. Esses novos signos incorporados carregam em si uma potência e um caráter revolucionário, ao passo que constituem uma subjetividade autêntica, que busca se desvencilhar das imposições sociais, mesmo que ainda carregue e seja influenciada pelo contexto histórico, político, cultural e social em que as mulheres existem.

Por fim, cabe pontuar também uma produção que algumas mães participantes do movimento fizeram, que se trata de um livro (cujo nome não será revelado a fim de preservar as identidades das entrevistadas). Esse livro conta com uma série de produções de textos e poemas realizados por elas em oficinas de escrita. Ele contém produções de naturezas e características diversas, como por exemplo cartas das mães endereçadas ao Estado, cartas das mães endereçadas ao policial que executou cada um dos jovens, cartas de outros membros da família endereçadas aos jovens mortos etc. Quando foi explorado esse tópico com a terceira entrevistada, T., ela contou que esse livro tem a função de servir como memória, para que as histórias de vidas que foram ceifadas pelo Estado não caiam no esquecimento e para que, independentemente do tempo que passe, se ela ainda estiver viva para lutar ou não, a denúncia ainda existirá fisicamente, portanto não tem como apagá-la, é um ato de resistência atemporal e não circunstancial. Afirma também que esse livro foi pensado para todas as pessoas lerem, para que todos possam ver a vivência que as mães

compartilham de uma perspectiva mais próxima e pessoal, expondo, portanto, a realidade como ela é para cada uma delas. T. pensa que as pessoas ao lerem esse livro podem fazer coisas que estão ao alcance delas para mudar a situação denunciada ou para evitar que mais vidas sejam perdidas na mão do Estado, seja quem quer que leia. Ela acredita também que esse olhar para realidade que vivem da forma mais honesta e explícita possível pode mobilizar pessoalmente as pessoas que leiam e fazer com que tenham mais empatia e se engajem mais na causa, coisa que ela avalia ser de extrema importância.

Assim, pode-se dizer que esse registro físico e eterno da luta e das histórias é uma estratégia que as mães do movimento encontraram de enfraquecer a violência normativa sob os corpos dos jovens negros periféricos. Isso porque, segundo Butler, essa forma de violência, que reside no mundo das normas e dos valores difundidos e incorporados socialmente e que legitima a violência explícita e potencialmente letal contra corpos indignos para a sociedade, também autoriza e faz a manutenção dessas práticas violentas através do apagamento e da invisibilidade dessa violência. As mães, ao realizarem um registro físico e público, garantem que a denúncia dessa violência sempre vai existir e, dessa forma, dá visibilidade para ela, portanto é uma forma de contrariar a norma e de insistir que essas vidas e mortes existem e resistem e que o apagamento delas não será possibilitado.

A concluir, durante a pesquisa foi possível notar as marcas psicológicas profundas que a violência policial deixa não apenas nas vítimas diretas dela, atravessando suas subjetividades e interferindo em seus modos de agir e existir, mas também nas pessoas que convivem eternamente com a dor de ter perdido alguém para essa violência. Também ficou claro como as mães passaram por um processo de produção das subjetividades influenciado por toda a vivência complexa que tiveram desde a morte de seus filhos, que vai desde o luto vivido pela perda de uma forma tão brutal, o processo doloroso que viveram para investigar essas mortes, tendo que enfrentar humilhações, julgamentos, violações de direitos, burocracias e outros, tudo isso sem muito apoio, até a participação política no movimento, onde finalmente encontraram o apoio que tanto careciam e puderam ter uma vivência de luto mais saudável, onde a perda foi resignificada e os sentimentos ruins se transformaram em pulsão para lutar e para viver. Portanto, se confirma a hipótese de que a participação das mães no movimento social e das experiências de luta envolvidas na

militância são produtoras de sentidos que contribuem para a uma vivência do luto mais saudável, produzindo, então, saúde mental. Além disso, atesta-se que o movimento fortalece cada uma das mãos que o compõem e, ao mesmo tempo, exerce resistência e denúncia com o objetivo da transformação social, buscando atingir não apenas suas vidas, mas sim as de todas as pessoas, e em especial aquelas vidas tidas como menos dignas para o Estado.

7. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira De; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 236, p. 299–322, jan. 2013.

BENICIO, Luis Fernando de Souza; RODRIGUES, Jéssica Silva; LEONARDO, Camila dos Santos; BARROS, João Paulo Pereira; SILVA, Dagualberto Barboza da; COSTA, Aldemar Ferreira da. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. esp. 2, p. 192-207, 2018.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2015.

BUTLER, Judith. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

CAMPOS, Gustavo de Aguiar; SILVA, Flávia Maria S. Pereira da. Polícia e segurança: o Controle Social Brasileiro. **Revista Eletrônica de Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. esp. 2, p. 208-222, 2018.

CASTELO, R. Crise conjuntural e (re)militarização da “questão social” brasileira. **Revista Margem à Esquerda**, n. 23, p. 46-51.

COSTA, Marta Nunes de. (Des)Construindo o sujeito neoliberal a partir de Foucault. **Veritas (Porto Alegre)**, v.62, n.2, p.354-376, 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Charlisson Mendes. Guattari e a Produção da subjetividade. **Psicologia.pt**, 2014, ISSN 1646-6977. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0785.pdf> Acesso em: 21/05/22.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, 2016.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 269-278, 2010.

LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, pp. 53-68, 2019.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; VÁSQUEZ, Claudia Lazcano; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy. Participação política e subjetividade – Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil. **Psico**, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 148-158, 2016.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Ed. Antígona, Lisboa, 2017.

SANTOS, Luísa Susin dos; BEIRAS, Adriano; ENDERLE, Clarissa Moreira. Violência de Estado, Juventudes e Subjetividades: Experiências em uma Delegacia Especializada. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.38, n. esp. 2, p. 265-276, 2018.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 205-227, 2020.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; BECKER, Simone. A violência normativa e os processos de subjetivação: contribuições para o debate a partir de Judith Butler. **Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Florianópolis, n. 9, 2010.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n.5, p. 383-386, 2007.

WERMUTH, Miguel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; MELLO, Letícia de. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, n. 2, p. 1053-1083, 2020.